

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 048/2024
Data: 24/05/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
A CABOTAGEM BRASILEIRA – CAMINHOS DE CRESCIMENTO	4
PORTO DE SANTOS ESPERA TERCEIRA PISTA DA IMIGRANTES PARA SUPRIR ALTA NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
EXPORTAÇÕES DO NORDESTE DESPENCAM EM 7 ESTADOS: DESCUBRA POR QUÊ.....	6
GRUPO CEARENSE EXPANDE, CHEGA AO RECIFE E GERA 145 EMPREGOS.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
RIO LIMPO, AMAZÔNIA VIVA FAZ PARTE DO CALENDÁRIO OFICIAL DA REUNIÃO DO G20	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
ACORDO DE COOPERAÇÃO PERMITE AMPLIAR ROTAS INTERNACIONAIS	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA, NESTE SÁBADO (25), DA ENTREGA DE NOVAS PISTAS E TREVO EM PONTOS CRÍTICOS DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, EM SP	11
“ESTOU OTIMISTA, ESSE SETOR É UMA DAS CHAVES PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS” DIZ MINISTRO RENAN FILHO EM FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA	12
NOVA PORTARIA ASSINADA POR RENAN FILHO REFORÇA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA.....	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO PORTUÁRIA.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Supremo considera constitucional cobrar ICMS no transporte marítimo.....</i>	<i>14</i>
NACIONAL - ALCKMIN DEFENDE AUMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL	14
REGIÃO SUL - CHUVA VOLTA A ALAGAR BAIROS DE PORTO ALEGRE E AULAS SÃO SUSPENSAS	16
REGIÃO SUL - CENTRO DE PESQUISA ESPANHOL INICIA PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DA PORTOS DO PARANÁ	17
REGIÃO SUL - INFRA S.A. VAI DESENVOLVER O PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE SC	18
REGIÃO NORDESTE - EMPRESA DE LOGÍSTICA CRIA NOVAS ROTAS PARA CONTORNAR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS	18
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA MOVIMENTA 8 MIL TONELADAS DE ALUMÍNIO EM UM MÊS	19
REGIÃO SUDESTE - SEMINÁRIO DO CAFÉ TERMINA COM FOCO EM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	21
MAGDA CHAMBRIARD ASSUME COMANDO DA PETROBRAS	21
EMBRAER FAZ PARCERIA COM AVFUEL PARA AUMENTAR USO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO.....	23
POTENCIALIZEE E FINEP FIRMAM PARCERIA PARA FINANCIAR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PMES INDUSTRIAIS	23
EXIGÊNCIAS PODEM LEVAR DISTRIBUIDORAS A NÃO RENOVAR, DIZ SILVEIRA	24
JORNAL O GLOBO – RJ.....	26
TAXAÇÃO DE IMPORTADOS: 'DISCUSSÃO MUITO MAIS REGULATÓRIA E DE CONCORRÊNCIA, DO QUE DE FATO ARRECADATÓRIA', DIZ CERON.....	26
GOVERNO QUER INCLUIR PRAZO MÁXIMO DE VOLTA DA LUZ EM CASO DE CHUVAS NA RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA.....	27
VEJA COMO O BRASIL QUER USAR O G20 PARA ATRAIR FINANCIAMENTOS DO EXTERIOR PARA PROJETOS DE ECONOMIA VERDE.....	28
GOVERNO DE SP APRESENTA NOVOS PROJETOS DE TRENS DE PASSAGEIROS NO INTERIOR DO ESTADO. VEJA OS TRAJETOS	31
GOVERNO FOI INFORMADO PREVIAMENTE DE ACORDO ENTRE AZUL E GOL PARA COMPARTILHAMENTO DE VOOS	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	33
‘NÃO É O VALOR QUE IMPEDE ACORDO SOBRE DESASTRE DE MARIANA’, DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA.....	33
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ENCAMINHA À CASA CIVIL DIRETRIZES PARA A RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES	34
OPINIÃO - GRANDES DESACERTOS: LULA VEM ABUSANDO DO DIREITO DE ERRAR	37
MAGDA CHAMBRIARD TOMA POSSE COMO PRESIDENTE DA PETROBRAS; O QUE ESPERAR DA NOVA GESTÃO?	38
VALOR ECONÔMICO (SP).....	40
COP30: PARÁ TEM OBRAS AVANÇADAS PARA SEDIAR O EVENTO MUNDIAL	40
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE CONSULTA SOBRE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA.....	42
CAPITAIS DO EXTERIOR AVANÇAM COM SOLUÇÕES PARA REDUZIR EMISSÕES DE GASES	43
ALCKMIN PREVÊ APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA MONTADORAS E INDÚSTRIA NESTE MÊS	44
NOVAS REGRAS DO SETOR ELÉTRICO DEVEM SAIR ATÉ AGOSTO	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 048/2024
Página 3 de 57
Data: 24/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

AGÊNCIA BRASIL - DF	46
CONTAS EXTERNAS TÊM SALDO NEGATIVO DE US\$ 2,52 BILHÕES EM ABRIL	47
BAHIA ECONÔMICA - BA	49
BRASIL TEM 29 CIDADES ENTRE AS MELHORES DO MUNDO. CIDADE DO NORDESTE É A 2ª MELHOR EM MEIO AMBIENTE. VEJA POSIÇÃO DE SALVADOR E O RANKING.....	49
BNDES E SUDENE FIRMAM PARCERIA PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS NO NORDESTE	50
ARMANDO AVENA – ECONOMIA: DAS SACOLAS PLÁSTICAS AO BOLETIM FOCUS	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS	53
CELBA RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSBORDO DE GNL NO PARÁ.....	53
SECRETARIA DE HIDROVIAS AVALIA ESTENDER RECURSOS DO FMM PARA IP4s	54
ARTIGO - TRANSPORTE MARÍTIMO: CRESCIMENTO, AUTOMAÇÃO E O FUTURO DA LOGÍSTICA NAVAL	55
SENADO CONFIRMA BUENOS AIRES COMO SEDE DE COMITÊ DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ	56
HMM LIDEROU AS MARGENS OPERACIONAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE ENTRE AS GRANDES COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO ...	56
CMA CGM LANÇA SEU PRIMEIRO PROGRAMA DE FIDELIDADE	57
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

A CABOTAGEM BRASILEIRA – CAMINHOS DE CRESCIMENTO

Com efetiva implantação da política pública setorial, espera-se incremento na oferta e qualidade do transporte de carga

Por: Flávia Takafashi



Foto: Cláudio Neves/Portos Do Paraná/Divulgação

Levantamentos recentes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apontam uma tendência de crescimento do setor portuário brasileiro neste ano, com um aumento de 5,2% já no primeiro trimestre de 2024. Durante os três primeiros meses deste ano, foram movimentadas 302,9 milhões de toneladas de cargas, um aumento em relação aos 287,9 milhões de toneladas no mesmo período de 2023. A cabotagem – trânsito entre portos brasileiros – em particular, apresentou uma alta de 2,98%, atingindo 72,7 milhões de toneladas, enquanto a cabotagem de contêineres cresceu expressivos 25,06% em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

Em 2021, o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, aprovado pela Lei nº 14.301/2021 (conhecida como a BR do Mar), reuniu uma série de medidas que visam aumentar de 11% para 30% a participação da cabotagem na matriz logística nacional, ampliando o volume de contêineres transportados e alavancando a capacidade da frota marítima dedicada à matriz em 40% até 2025. A BR do Mar objetiva ampliar a oferta e reduzir os custos da cabotagem através de quatro eixos temáticos: frota, indústria naval, custos e porto.

O transporte via cabotagem oferece diversas vantagens econômicas e ambientais para a balança econômica de um país. Em um momento em que precisamos tratar com seriedade todas as questões afetas às mudanças climáticas, a importância do incentivo a essa modalidade de transporte é ainda maior. Isso sem falar na redução dos custos logísticos, na diminuição das perdas de cargas, na diminuição do risco de acidentes, no descongestionamento de rodovias e na maior eficiência em consumo de combustíveis

Com a efetiva implantação da política pública setorial, espera-se um significativo incremento na oferta e na qualidade do transporte de cargas por cabotagem. O estímulo à concorrência com a atração de novos agentes para o mercado, o aumento da disponibilidade da frota dedicada à cabotagem e a abertura gradual do mercado para permitir que empresas brasileiras de navegação afretem embarcações estrangeiras a casco nu para arvorarem a bandeira brasileira serão alguns dos resultados que se espera.

Temos visto empresas de logística e navegação já adotarem medidas concretas em prol da promoção de suas participações nesse mercado.

Considerando as necessidades de adaptações normativas decorrentes da edição da lei, a Antaq, ente competente para estabelecer os critérios e os procedimentos para o afretamento de embarcações, já deliberou sobre o compartilhamento de embarcação afretada por mais de um afretador, a cessão de tonelagem entre empresas e a definição dos critérios para o enquadramento da embarcação como efetivamente operante e pertencente a um mesmo grupo econômico.

Alterações formais para adaptações redacionais de conceitos trazidos pela nova legislação, o afretamento por tempo e os critérios de circularização na cabotagem estão atualmente em debate na Agência.

As políticas públicas de incentivo à cabotagem e a efetiva regulação da matéria devem potencializar ainda mais o crescimento desse setor, contribuindo significativamente para uma economia mais eficiente, sustentável e competitiva no Brasil.

Facilitando a integração logística com outros modos de transporte, permitindo o transporte de grandes volumes de carga e promovendo a multimodalidade, a cabotagem atua no desenvolvimento econômico regional e incentiva a geração de empregos e investimentos em infraestruturas marítima, hidroviária e portuária.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 24/05/2024

PORTO DE SANTOS ESPERA TERCEIRA PISTA DA IMIGRANTES PARA SUPRIR ALTA NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Volume de cargas aumenta, mas há os gargalos logísticos
Por: Anderson Firmino



Trânsito congestionado de caminhões nas épocas de safra já faz parte da paisagem da Baixada Santista, mas mudanças não viram realidade Foto: Matheus Tagé/ AT/ Arquivo

O volume de cargas transportadas vem aumentando no País. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enviados para A Tribuna, indicam alta no transporte rodoviário em 2023. Quando a comparação é feita por trimestres, com o ano anterior, fica mais evidente.

As variações foram positivas nos quatro trimestres avaliados do ano passado. No primeiro, foi de 6,7%; no segundo, 16,1%; já no terceiro, foi de 12,1%; e no quarto, 5,6%. Os dados revelam um crescimento em um setor que já é responsável por levar 70% das cargas que entram e saem do maior complexo portuário do Hemisfério Sul.

Mas o que poderia ser comemorado causa receio no Porto de Santos. Isso porque falta estrutura de acesso para receber o atual fluxo. Um aumento exige ainda mais investimentos.

“A gente vem conversando bastante com o Governo do Estado sobre a necessidade da terceira pista Planalto-Santos. Não adianta anunciarmos mais de R\$ 20 bilhões em investimentos para infraestrutura na área do Porto, se não tivermos vias para o escoamento destes produtos que chegarão”, afirma o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS). Anderson Pomini.

No último dia 11 de março, em visita à sede da APS, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou um plano de investimentos de R\$ 21,28 bilhões entre 2024 a 2028, levando em conta recursos federais, do Estado de São Paulo, PPPs e privados. Entre os projetos, estão o Túnel Santos-Guarujá, a transferência do Terminal de passageiros para o Valongo, a Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), aprofundamento do canal de navegação e perimetral em Guarujá, que receberão aportes.

“Projetamos a Anchieta há 80 anos, quando transportava 4 milhões de toneladas. A mesma pista, hoje, é para 174 milhões de toneladas. Ou seja: já utilizamos o teto do limite da pista”, reforça o presidente da APS.

Entre os empresários, a expectativa por incrementos nos acessos e mitigação dos gargalos também causa expectativa. “Hoje, com o dinamismo que temos nos portos, contar com os modais ferroviário e hidroviário é praticamente impossível para a gente dar conta de toda a demanda”, observa o diretor operacional do Grupo Gelog, Blancher Sanches Sousa.



“Temos em Santos um caos diário da quantidade de veículos que chegam ao Porto para conseguir descarregar. Já os veículos que precisam sair da Cidade hoje acabam travando, porque só temos um único acesso à Margem Direita, e um único acesso à Margem Esquerda que é a Cônego Domênico Rangoni (Guarujá)”, diz ele.

A ampliação da participação do modal ferroviário no transporte de cargas também seria decisiva para o ganho em competitividade no Porto.

A Fips tem projetos e vislumbra um aumento na capacidade de transporte de cargas por ferrovia de 50 milhões de toneladas por ano para 115 milhões. O presidente APS também entende como necessário ampliar a aposta para o sistema hidroviário, com aproveitamento abaixo do ideal.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/05/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

EXPORTAÇÕES DO NORDESTE DESPENCAM EM 7 ESTADOS: DESCUBRA POR QUÊ

Exportações do Nordeste caíram 8,7% em abril, na contramão do Brasil, que registrou alta de 14,1%
Por Fernando Ítalo



Exportações do Nordeste: Sthefany Miyeko destaca importância do fator Argentina na queda dos embarques em Pernambuco/Foto Jhonatas Guedes (Fiepe)

As exportações do Nordeste tiveram queda em abril passado comparado ao mesmo mês de 2023 em meio a um ciclo conturbado na economia mundial, marcada por guerras, inflação resistente nos Estados Unidos, juros altos nos países desenvolvidos e uma crise resiliente na Argentina. Houve desaceleração em sete estados, consolidando a má fase da

região no comércio exterior.

Ao todo, as exportações do Nordeste, no mês passado, chegaram a US\$ 1,7 bilhão – diminuição de 8,7% na comparação anual – e o déficit na balança comercial nordestina atingiu US\$ 735 milhões. Os números são do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Esses dados estão na contramão do país, já que, em abril, os embarques do Brasil totalizaram US\$ 30,9 bilhões, alta de 14,1% no comparativo anual. No primeiro quadrimestre, o país bateu record em relação aos anos anteriores, cravando US\$ 108 bilhões.

PE, CE e BA foram decisivos para recuo nas exportações do Nordeste

Os três estados nordestinos mais ricos e que lideram as exportações do Nordeste – Bahia, Ceará e Pernambuco – deram uma contribuição importante para o resultado regional. As empresas pernambucanas registraram o maior recuo nesse grupo, de 21%. As companhias cearenses tiveram retração de 17,4%.

Na Bahia, a redução foi bem menos acentuada, 1,2%, mas dá continuidade a uma curva decrescente que vem se mantendo desde o ano passado, com alguns períodos isolados de recuperação.

Em Alagoas, a oscilação negativa no comparativo anual foi de 6,7%. Na Paraíba, a federação estadual das indústrias informa uma baque de 30,1% no primeiro trimestre de 2024, comparado ao

mesmo período de 2023. Em Sergipe, o setor fabril reporta uma diminuição na receita de exportação de 10% em abril comparado ao mês anterior.

No Piauí, houve reação na passagem de março para abril, com crescimento de 65,5%, mas o resultado em relação ao mesmo mês do ano passado é negativo (37,2%), o que equivale a um tombo superior a 1/3 sobre o faturamento total dos embarques. Os dados do Maranhão não foram divulgados.



Marcha a ré nas exportações do Nordeste: Stellantis Goiana (PE) sofre os impactos continuados da crise argentina/Foto: Stellantis

Exportações do Nordeste: entenda a desaceleração em PE

Em Pernambuco, o valor das exportações em abril foi de US\$ 129,2 milhões, queda de 14% sobre março, segundo a federação estadual das indústrias.

A coordenadora do Centro Internacional de Negócios da Fiepe, Sthefany Miyeko, afirma que a performance negativa no mês se deve em grande parte ao desempenho da indústria automobilística que, no estado, tem como maior player a Stellantis.

Impactada pela crise no país vizinho, que é um dos seus principais importadores, a montadora da marca, localizada em Goiana (Grande Recife), teve uma redução de 78% nas vendas de veículos para a Argentina. Outra contribuição veio do agronegócio. “As exportações de uva para o Canadá tiveram uma baixa de 79%”, diz a economista.

O resultado de Pernambuco no comércio exterior só não foi ainda pior porque a Stellantis redirecionou parte das suas vendas externas para o México. Com isso, o mercado mexicano foi o maior destino dos embarques do estado no mês passado (US\$ 21 milhões).

Já no quadrimestre janeiro/abril, a desaceleração nas remessas da economia local para fora do Brasil chega a 17%.

Quais riscos e oportunidades para PE nas exportações do Nordeste?

Um dos fatores fundamentais para entender os números atuais das exportações de Pernambuco é a situação da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais da economia estadual e destino de diversos produtos, entre eles os de alto valor agregado, leia-se automóveis.

Com a persistência da crise interna, a Argentina segue como a maior vulnerabilidade de Pernambuco no mercado externo. “Como alternativa para a queda das exportações para este país, a indústria automobilística vem diversificando o mercado e apostando em outros países latino-americanos, como o México e o Peru”, destaca Sthefany Miyeko.

A executiva também vê oportunidade para o crescimento nos embarques de produtos em ascensão na pauta de exportações pernambucana, como a água de coco. A bebida teve um aumento de 6,7% na receita dos embarques para os Estados Unidos, no primeiro quadrimestre do ano comparado ao mesmo período de 2023.



O problema é que se trata de um produto de baixo valor agregado, que não compensa retrações, por exemplo, nos embarques de automóveis, mas pode aliviar a baixa nas remessas de uva.

Exportações do Nordeste: queda na demanda nos Estados Unidos e México tem exigido nervos de aço da ArcelorMittal Pecém (CE)/Foto: ArcelorMittal

Exportações do Nordeste: Ceará tem queda em aço e calçados

No Ceará, um dos setores exportadores que vem sendo mais afetados pela conjuntura econômica global é o de ferro e aço, que tem como maior player no estado a unidade da ArcelorMittal no Complexo do Pecém.

As exportações do segmento totalizaram US\$ 114,2 milhões de janeiro a abril de 2024, queda de 64,1% sobre igual quadrimestre em 2023. Em abril, a receita foi de US\$ 26,4 milhões, 12,6% inferior à março.

O relatório Ceará em Comex, elaborado pelo setor industrial por meio da Fiec, aponta que “os declínios contínuos nos embarques da área acentuam os desafios enfrentados pelo setor, especialmente com a redução das importações pelos Estados Unidos e México”.

Os fabricantes cearenses de calçados também vivem dias difíceis no comércio exterior. As exportações somaram, no quadrimestre, US\$ 77,5 milhões, 26,5% a menos que de janeiro a abril do ano passado. Em abril, a redução foi de 17% em relação a março. O baque vem sendo causado pelo fechamento de empresas importadoras de sapatos, na Argentina e Estados Unidos.

Petróleo, celulose e soja em baixa na Bahia

Na Bahia, petróleo, celulose e soja foram os maiores responsáveis pelo declínio das exportações em abril.

Em um ano, esses produtos tiveram um aumento de preços de 21% no comércio exterior, o que não foi o suficiente para compensar o tombo nos volumes destinados ao mercado internacional pelas empresas baianas. As informações são da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

Segundo a autarquia, o panorama, no primeiro quadrimestre (US\$ 3,337 bilhões), é de estabilidade na receita, com um recuo discreto (0,2%) sobre janeiro a abril do ano passado.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 24/05/2024

GRUPO CEARENSE EXPANDE, CHEGA AO RECIFE E GERA 145 EMPREGOS

Com investimento de R\$ 2 milhões, Fornecedora Máquinas Industriais abre primeira unidade em Recife

Da Redação ME



Da esquerda para direita, André Leão Ribeiro, CEO do Grupo e Pablo Leão Ribeiro, Vice-presidente Operacional do Grupo. Foto: Divulgação

Com investimento de R\$ 2 milhões, a Fornecedora Máquinas Industriais (FMI) inaugurou sua primeira unidade no Recife, onde atua desde o ano passado. A empresa pertence ao Grupo Fornecedora, com sede no Ceará e atuação em vários estados do Nordeste.

De acordo com André Ribeiro, CEO do Grupo Fornecedora, com a chegada ao Recife, serão gerados 145 empregos diretos e indiretos na cidade. “Escolhemos Recife pela localização estratégica e pelo potencial de crescimento industrial da cidade. Estamos confiantes de que essa nova unidade nos permitirá atender melhor nossos clientes e contribuir significativamente para a economia local, oferecendo oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional”, destaca André.

A Fornecedora Máquinas Industriais é revendedora autorizada das marcas Hyster e Yale, mas chega a Pernambuco apenas com essa última. A marca norte-americana Yale possui mais de um século de atuação no mercado de empilhadeiras no mundo e faz parte do amplo portfólio do Grupo Fornecedora, conglomerado de empresas em que a FMI participa.

Expansão do grupo

A FMI é a empresa mais jovem do Grupo Fornecedora, que possui 69 anos de história e está presente nos estados do Ceará, Sergipe, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Pernambuco.

“A expectativa é que a nova unidade não apenas impulsione o desenvolvimento econômico de Recife, mas também sirva de modelo para futuras expansões da empresa no Brasil. Estamos prontos para potencializar nossos resultados, e a entrega dos nossos trabalhos em todo o Nordeste”, destaca o gerente geral da Fornecedora Máquinas Industriais, Átilla Andrade.

O Grupo Fornecedora oferece produtos e serviços para bens de capital, além da construção pesada, indústria, setor rodoviário e agricultura. O grupo engloba seis empresas: Fornecedora Máquinas e Equipamentos, Fornecedora Engelog, Fornecedora Caminhões, Fornecedora Pavimentos, Fornecedora Agro e Fornecedora Máquinas Industriais.

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 24/05/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

RIO LIMPO, AMAZÔNIA VIVA FAZ PARTE DO CALENDÁRIO OFICIAL DA REUNIÃO DO G20

Discussão trazida pelo evento, que vai acontecer em Parintins (AM), integra os Diálogos Oceânicos do G20



RLAV_Banner_Portal 3200 x 1800_02.png

Brasília, 23/05/2024 - O evento Rio Limpo, Amazônia Viva, que vai acontecer entre os dias 5 e 7 de junho em Parintins (AM), faz parte do calendário oficial dos Diálogos Oceânicos da Reunião do G20.

Entre os propósitos deste encontro está fomentar um diálogo essencial sobre a conservação e o uso sustentável das águas, abordando temas para uma economia azul sustentável, especialmente na região amazônica.

A proposta é levantar recomendações e diretrizes que serão discutidas no evento a fim de subsidiar as discussões do Grupo Temático da Oceans 20, que vai acontecer em novembro no Rio de Janeiro (RJ) no G20.

O G20 é o principal fórum de cooperação econômica internacional que reúne os países com as maiores economias do mundo. Os encontros dos Estados-membros dessa cúpula acontecem anualmente para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais.

O evento é uma parceria com o Pacto Global da ONU - Rede Brasil, por meio da iniciativa Oceans 20; com a Prefeitura de Parintins, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (SEDEMA); e com o SENAC Parintins. O encontro ocorre semanas antes do Festival Folclórico de Parintins, que atrai turistas de todo o país, aumentando o fluxo de pessoas que utilizam o transporte fluvial de passageiros.

Cronograma do evento:

5 de junho - Será realizada ação interativa e de educação ambiental com alunos da região, além de uma Roda de Mulheres com lideranças locais.

6 de junho - Vai acontecer o seminário executivo composto por painéis temáticos: Diálogos Sustentabilidade Ambiental, Diálogos Sustentabilidade Social; Diálogos de Governança na Sustentabilidade.

7 de junho - No último dia do evento, será realizada uma caminhada ecológica com a participação da comunidade local.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 24/05/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

ACORDO DE COOPERAÇÃO PERMITE AMPLIAR ROTAS INTERNACIONAIS

Assinado pelo titular do Ministério de Portos e Aeroportos, documento prevê regras para operação entre Brasil e Benin, na África



Brasil e Benin assinam Acordo Sobre Serviços Aéreos - Foto: Vosmar Rosa - MPor

Ampliar os voos internacionais, fortalecer a relação aérea comercial entre países e impulsionar o turismo são algumas das medidas adotadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos para impulsionar o transporte aéreo de passageiros. Com essa missão, o ministro da pasta, Silvio Costa Filho, assinou nesta quinta-feira (23) o Acordo Sobre Serviços Aéreos (ASA) com o governo do Benin, país localizado no oeste da África. O documento foi assinado em cerimônia realizada com o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

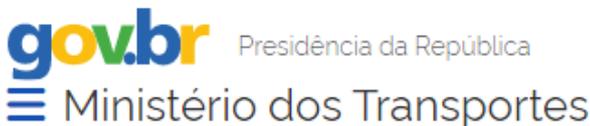
O acordo de cooperação assinado permite que os dois países estabeleçam regras que possibilitam o acesso de uma empresa ao mercado do outro para realização de transporte aéreo internacional em rotas previamente aprovada por ambas as autoridades. Além disso, o documento acordado prevê que às empresas aéreas designadas tenham direitos de: realizar sobrevoo no território da outra parte sem pousar, fazer escalas no território do outro país para fins não comerciais, efetuar escalas nos pontos das rotas especificadas conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas para embarque e desembarque internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação.



Costa Filho reconheceu a importância do acordo e garantiu que o MPor está trabalhando para ampliar a capilaridade dos serviços aéreos com países que se mostram interessados em estabelecer rotas comerciais com o nosso país. "O mercado africano é fundamental para o Brasil e é uma prioridade do presidente Lula. Cada vez mais nós queremos ampliar nossa malha aérea com o mercado africano, para que a gente possa trazer turistas para o nosso país e para que os brasileiros possam conhecer a África. O turismo significa desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e essa relação é fundamental para os dois países", ressaltou o ministro.

A recente assinatura de um Acordo de "Céu Aberto", que concede direitos de sétima liberdade, é um passo em direção à criação de uma rota aérea direta entre os dois países. Até o final deste ano, ambos os governos consideram iniciar tratativas para o estabelecimento de voos comerciais, consolidando o transporte de passageiros e de carga. A assinatura do acordo é fruto do trabalho realizado em conjunto entre o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/05/2024



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO DOS TRANSPORTES PARTICIPA, NESTE SÁBADO (25), DA ENTREGA DE NOVAS PISTAS E TREVO EM PONTOS CRÍTICOS DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, EM SP

Presidente Lula também estará presente; obras devem desafogar o trânsito e aumentar a segurança viária na região

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa neste sábado (25), da cerimônia que marca a liberação de novas pistas e novo trevo na rodovia Presidente Dutra (BR-116), em Guarulhos (SP). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também estará presente, acompanhado por diversos ministros.

As obras, na região de Bonsucesso e da Jacu-Pêssego, devem melhorar a fluidez do trânsito e a segurança viária neste trecho, que recebe cerca de 350 mil veículos por dia.

Com prazo de conclusão previsto para 28 de fevereiro de 2025, a liberação acontecerá nove meses antes do estabelecido no contrato de concessão.

O diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, assim como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e representantes do Grupo CCR, concessionária que administra a rodovia, também participarão do evento.

Cobertura da imprensa

Os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se cadastrar até às 18h desta sexta-feira (24), pelo site:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-de-viagens/credenciamento-para-a-viagem-do-senhor-presidente-da-republica-a-cidade-de-guarulhos-sp>

SERVIÇO

O quê: Liberação de novas pistas e novo trevo na rodovia Presidente Dutra

Quando: Sábado (25), às 10h

Onde: Posto Sakamoto II, na altura do Km 210 da Rodovia Presidente Dutra, Guarulhos (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 24/05/2024

“ESTOU OTIMISTA, ESSE SETOR É UMA DAS CHAVES PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS” DIZ MINISTRO RENAN FILHO EM FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA

Evento reuniu executivos das principais empresas do segmento, além de lideranças, especialistas e autoridades dos Três Poderes



Ministro Renan Filho participa do ABDIB Fórum 2024 - FOTO: Carina Leão/MT

O estímulo a investimentos em rodovias e ferrovias como forma de retomar o crescimento econômico do Brasil marcou o discurso do ministro dos Transportes, Renan Filho, durante o ABDIB Fórum 2024. O evento aconteceu nesta quinta-feira (23) em Brasília e contou com a presença de autoridades do legislativo e do judiciário.

“Temos uma agenda de leilões arrojada e estamos com a maior frente de otimização de contratos de concessão que o país já fez. O que, para mim, colocará o ano de 2024 como um divisor de águas para os aportes privados no Brasil. Reequilibrando todos os contratos de licitação que estavam desequilibrados”, ponderou Renan Filho.

O ministro discursou durante o painel “Transporte e Logística – Rodovias e Ferrovias”. O debate abordou impactos da transição energética, ambiente de negócios no setor de transporte e logística e questões relacionadas a planejamento, projetos, realismo tarifário, multimodalidade nas concessões, parcerias e licitações. “Estou otimista, esse setor é uma das chaves para o crescimento do país”, avaliou.

Mais aportes no setor

Promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o Fórum reúne as principais lideranças e especialistas do setor. O principal objetivo é o estímulo dos investimentos no setor, fundamental para aumentar a competitividade e o crescimento econômico. Nesta edição ainda houve espaço para discussões sobre planejamento e Programas de Investimento, infraestrutura em portos e aeroportos e infraestrutura e desenvolvimento social com os respectivos ministros de pastas afins. Esta é a segunda vez que o ministro Renan Filho participa do evento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/05/2024

NOVA PORTARIA ASSINADA POR RENAN FILHO REFORÇA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Documento da Subsecretaria de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes (SUST) promove transparência nos processos decisórios

Fortalecer as ferramentas de inclusão da sociedade e a garantir que órgãos responsáveis por outorgas e obras públicas de infraestrutura deverão contemplar as contribuições dos cidadãos no processo de planejamento. É isso que institui a portaria Nº 485, assinada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, e *publicada nesta quinta-feira (23) no Diário Oficial da União* (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-485-de-16-de-maio-de-2024-561322700>). A medida é mais um passo para atender as demandas locais e a minimizar de impactos socioambientais na execução dos serviços prestados pela pasta.

“O ministério se coloca à disposição para ouvir contribuições tanto da sociedade civil organizada quanto acadêmicas, além de realizar debates com os mais diversos setores”, declarou o secretário-executivo George Santoro. Para isso, deverão ser cumpridas as medidas necessárias para o diálogo e inclusão de comunidades afetadas, como a realização de audiências públicas, consultas populares, disponibilização de canais de comunicação e mecanismos de participação online.



Ouvido atento à sociedade

Continuando a agenda de participação popular, na próxima terça (28), às 14h, o Ministério dos Transportes, em conjunto com a Infra S.A., fará audiência pública para apresentação dos Planos Setoriais de Transporte Ferroviário e Rodoviário. O evento será realizado no Salão Nobre da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo (SP).

A audiência ocorre conforme a [portaria Nº 446 \(https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-447-de-7-de-maio-2024-558537220\)](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-447-de-7-de-maio-2024-558537220), de 7 de maio de 2024, que também informa o e-mail para esclarecimentos: participacao.planejamento@transportes.gov.br. Até o dia 22 de junho está aberto o processo de consulta sobre os Planos Setoriais Ferroviário e Rodoviário referentes ao PNL 2035. As sugestões podem ser feitas por qualquer cidadão por meio da [plataforma Participe + Brasil clicando aqui. https://www.gov.br/participamaisbrasil/pstf%20e%20https://www.gov.br/participamaisbrasil/pstr](https://www.gov.br/participamaisbrasil/pstf%20e%20https://www.gov.br/participamaisbrasil/pstr)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/05/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – DESCARBONIZAÇÃO PORTUÁRIA NO PARANÁ

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciativa da Portos do Paraná em parceria com a Fundación Valenciaport, para desenvolver um plano de descarbonização para os complexos marítimos de Paranaguá (PR) e Antonina (PR), representa um passo importante para a modernização e uma maior sustentabilidade dos portos brasileiros. Em um cenário global onde a pegada de carbono se torna cada vez mais relevante, a ação proativa da Portos do Paraná destaca-se como um exemplo a ser seguido por outras autoridades portuárias do País.

O objetivo da administração de zerar as emissões de carbono até 2030, conforme delineado no termo de cooperação técnica assinado em 2020, não é apenas uma resposta às demandas de clientes internacionais, mas também um compromisso com a preservação ambiental e a responsabilidade corporativa. A presença da Fundación Valenciaport, reconhecida mundialmente por sua expertise em inovação e gestão logística portuária, assegura que o projeto seja conduzido com a precisão técnica e a inovação necessárias para alcançar resultados tangíveis e eficazes.

A metodologia adotada, que inclui visitas técnicas aos terminais e a elaboração de um cálculo detalhado da pegada de carbono, é importante para a criação de estratégias de descarbonização robustas. Essas etapas garantem que as medidas definidas sejam baseadas em dados concretos e que possam ser monitoradas e ajustadas conforme necessário, minimizando impactos negativos nas operações portuárias.

A liderança dos portos paranaenses, juntamente com o Porto de Itaqui (MA), no desenvolvimento de projetos de descarbonização no Brasil, sinaliza um compromisso com a sustentabilidade que deve ser encorajado e replicado. É imperativo que o processo seja planejado e coordenado de forma clara e transparente. A comunicação aberta com arrendatários, operadores portuários e demais stakeholders é essencial para garantir que todas as partes envolvidas compreendam os objetivos e colaborem de maneira efetiva para alcançá-los.

A descarbonização dos portos brasileiros não deve ser vista como uma imposição, mas como uma oportunidade de melhoria contínua e inovação. Investimentos em tecnologia e práticas sustentáveis podem resultar não apenas na redução de emissões de CO₂, mas também em operações mais eficientes e competitivas.



Portanto, a trajetória rumo à descarbonização deve ser acompanhada de um compromisso com a transparência e a inclusão de todas as partes interessadas. O planejamento estratégico deve considerar os desafios específicos de cada complexo portuário e buscar soluções que promovam a sustentabilidade sem comprometer a eficiência operacional. Somente assim será possível construir um setor portuário brasileiro mais verde, competitivo e alinhado com as exigências globais de sustentabilidade.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 24/05/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

SUPREMO CONSIDERA CONSTITUCIONAL COBRAR ICMS NO TRANSPORTE MARÍTIMO

ICMS 1

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional – por oito votos a três – a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre os transportes interestadual ou intermunicipal de cargas, passageiros, mercadorias e valores por via marítima. A decisão, emitida no início desta semana, confirmou a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes, que considerou constitucional o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar (LC) 87/1996 – que determina que o tributo incide sobre essas atividades.

ICMS 2

A ação julgada pelo Supremo foi proposta pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), que defendia a inconstitucionalidade da expressão “por qualquer via” no texto legal do ICMS e, ainda, a exclusão da tributação sobre o serviço de transporte interestadual e intermunicipal de passageiros e cargas por via marítima. A CNT alegou uma suposta falta de normas disciplinando a peculiaridade dessas prestações e que autorizem a instituição do tributo estadual sobre elas – haveria uma falha na identificação de elementos essenciais para se regulamentar um tributo, como quem seria o tomador do serviço e quais a origem e o destino da carga.

ICMS 3

O relator do processo, ministro Luiz Fux, deu parcial provimento ao pleito da CNT, para excluir a tributação sobre parte das operações. Mas Alexandre de Moraes discordou dessa linha de ação, considerando que a legislação está em vigor desde 8 de janeiro de 1997, e que o recorte proposto poderia acarretar impactos para os estados.

Free Flow

Para debater a operacionalização dos sistemas Free Flow nas rodovias brasileiras e os resultados desse primeiro ano de funcionamento dessa tecnologia no País, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) realizará a segunda edição do Workshop Free Flow. O evento ocorrerá no próximo dia 28, das 9 horas ao meio-dia, na sede do órgão, em Brasília. Os painéis serão transmitidos pela TV BE News, pelo seu canal no Youtube (@tv_benews), pelo seu site (www.tvbenews.com.br) e pelo Portal BE News (www.portalbenews.com.br).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 24/05/2024

NACIONAL - ALCKMIN DEFENDE AUMENTO DA PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL

Segundo o vice-presidente e ministro, possibilidade já vem sendo trabalhada com a pasta de Minas e Energia

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou na quinta-feira, 23, que o Brasil pode dobrar a produção de gás natural em quatro anos. A

afirmação foi feita durante evento da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDIB) em Brasília. De acordo com Alckmin, a possibilidade já está sendo trabalhada com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e que em breve vai conversar com a Petrobras.



No evento da ABDIB, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu ainda a aprovação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) na próxima semana na Câmara dos Deputados (Foto: Foto: Cadu Gomes/VPR)

“Nós podemos dobrar em quatro anos a produção de gás natural no Brasil [...] O gás para a indústria precisa de um custo menor da molécula para poder incrementar o desenvolvimento industrial”, afirmou.

Alckmin também defendeu durante o evento que o investimento em infraestrutura é “essencial para garantir a competitividade da nova indústria brasileira”. “Temos 5.570

municípios. Um município, Altamira, tem 158 mil quilômetros quadrados. É maior que Portugal, um município. Então, é fundamental para reduzir custos e melhorar a competitividade uma boa infraestrutura, integrando os vários modais de logística”, defendeu.

O vice-presidente afirmou que na próxima semana o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve sancionar a nova lei da depreciação acelerada, medida que antecipa as receitas das empresas. De acordo com o texto, ao adquirir um bem de capital, o empresário pode abater o valor nas declarações futuras de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em condições normais, esse abatimento é paulatino, feito em até 20 anos, conforme o bem vai se depreciando.

“Uma indústria competitiva. O conjunto de medidas são tomadas. O presidente [Lula] deve sancionar na próxima semana a Lei da Depreciação Acelerada, ou seja, um estímulo com redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a renovação de máquinas e equipamentos [...] São R\$ 3,4 bilhões previstos nessa lei”, declarou.

Programa Mover

Alckmin defendeu ainda a aprovação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) na próxima semana na Câmara dos Deputados. O texto oferece créditos tributários a empresas do setor automotivo que investem para a descarbonização da frota de carros, ônibus e caminhões. A matéria está na pauta do plenário da Casa desde a última semana, mas os parlamentares ainda não chegaram a um acordo.

O relator do projeto de lei do Mover, deputado Átila Lira (PP-PI) inseriu a cobrança de impostos em compras internacionais de até US\$ 50 dólares no texto. A medida gerou o desacordo entre os congressistas e o governo federal. Na manhã de quinta-feira, 23, o presidente Lula afirmou que caso a mudança seja aprovada no Congresso Nacional pode ser vetada no Palácio do Planalto.

“A tendência é vetar, mas a tendência também pode ser negociar. Quem é que compra essas coisas? São mulheres, jovens, e tem muita bugiganga. Nem sei se essas bugigangas competem com coisas brasileiras, nem sei”, afirmou o presidente.

Um encontro entre Lula e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pode acontecer nos próximos dias para a negociação da medida. A fala vai na contramão do que tem defendido o vice-presidente Geraldo Alckmin, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Arthur Lira, por isso a expectativa é de um acordo sobre os valores da taxa das compras internacionais.

“Quando discuti, eu falei com o Alckmin: minha mulher compra, sua mulher compra, sua filha compra, todo mundo compra, a filha do Lira compra. Então, precisamos tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns prejudicando outros e fazer uma coisa uniforme”, completou Lula.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/05/2024

REGIÃO SUL - CHUVA VOLTA A ALAGAR BAIROS DE PORTO ALEGRE E AULAS SÃO SUSPENSAS

Número de vítimas fatais das enchentes no Rio Grande do Sul chega a 163

DA REDAÇÃO redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em diversos bairros de Porto Alegre, a água subiu pelos bueiros, alagando áreas que ainda não tinham sido afetadas. Só a Zona Sul recebeu mais de 100 mm de chuva em 15 horas (Foto: Gilvan Rocha/Agência Brasil)

A chuva voltou a alagar ruas e avenidas de vários bairros de Porto Alegre (RS) na quinta-feira, dia 23. De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a Zona Sul da capital recebeu mais de 100 milímetros de chuva em apenas 15 horas.

Em diversos bairros, a água subiu pelos bueiros, alagando áreas que ainda não tinham sido afetadas. Maurício Loss, diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), negou que tenha ocorrido um “colapso” no sistema de drenagem da cidade. Loss explicou que o barro trazido pelas enchentes recentes secou, obstruindo as galerias pluviais responsáveis pelo escoamento da água da chuva. “Há um grande acúmulo de areia e lodo nessas redes, diminuindo ainda mais sua eficiência”.

O órgão também atribuiu os alagamentos ao elevado volume de chuva, ao acúmulo de lixo nas ruas e redes pluviais e a problemas no funcionamento das casas de bombeamento – apenas 10 das 23 estações estão operando, segundo Loss – o que dificultou o escoamento da água, causando transbordamentos.

Mesmo com os impactos em grande parte da cidade, o prefeito Sebastião Melo (MDB) afirmou que a chuva não pegou o município de surpresa. “A Prefeitura não foi pega de surpresa, nós sabíamos que ia chover. Mas a quantidade de chuva foi excessivamente forte”, disse.

Problemas foram registrados nas zonas central, norte e sul, em bairros como Centro Histórico, Menino Deus, Cidade Baixa, Praia de Belas, Ipanema, Cavalhada, São Geraldo, Moradas da Hípica, Santa Fé e Restinga, entre outros. Não há um levantamento oficial do número de bairros afetados.

“O que era um problema das áreas alagadas se estendeu, praticamente, a toda a cidade com essa chuvarada”, disse Sebastião Melo.

Aulas suspensas

Devido à situação, o Governo do Estado suspendeu as aulas nas redes pública e privada nesta sexta-feira (24). A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) informou 86 ocorrências de alagamento, com 55 ruas e avenidas totalmente bloqueadas e 23 parcialmente.

Segundo a Agência Nacional de Águas, o nível do Guaíba subiu 14 centímetros apenas na quinta-feira.

Desde 29 de abril, o Rio Grande do Sul registra 163 mortes devido aos temporais e enchentes. Em boletim divulgado na manhã de quinta-feira (23), a Defesa Civil informou que 72 pessoas estão

desaparecidas. Além disso, o estado contabiliza 806 feridos e 647,4 mil pessoas fora de suas casas, seja em abrigos ou na residência de parentes ou amigos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024

REGIÃO SUL - CENTRO DE PESQUISA ESPANHOL INICIA PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO DA PORTOS DO PARANÁ

Nesta semana, a Fundación Valenciaport fez uma apresentação do projeto a diretores da Autoridade Portuária, representantes de terminais e operadores

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



Durante toda esta semana, representantes do centro de pesquisa espanhol visitaram os complexos administrados pela Portos do Paraná e diversos terminais portuários - (Foto: Cláudio Neves/Portos do Paraná)

A Fundación Valenciaport, centro de pesquisa espanhol reconhecida pela atuação em temas de inovação e gestão de logística portuária, fez nesta semana a apresentação das etapas de elaboração do Plano de Descarbonização da Portos do Paraná, Autoridade Portuária dos complexos de Paranaguá e Antonina. A apresentação contou com a

presença da diretoria, bem como representantes de arrendatários, operadores portuários e empresas que operam nos dois portos.

Com a expectativa de conclusão em 20 meses, o projeto tem como principais objetivos calcular as emissões de CO₂ em todas as logísticas portuárias executadas no litoral paranaense e o desenvolvimento de estratégias de descarbonização em conjunto com as áreas portuárias.

Especializada no tema, o vínculo entre a Valenciaport com a Portos do Paraná começou com um termo de cooperação técnica assinado em 2020.

A missão, conforme o acordo, é zerar as emissões de carbono dos portos paranaenses até 2030.

“Nós somos demandados por clientes internacionais, principalmente europeus, sobre qual é a nossa pegada de carbono e, hoje, grandes multinacionais já trabalham com essa perspectiva. Nós, da Portos do Paraná, e o Porto de Itaquí estamos liderando esse projeto no Brasil junto com a Fundación Valenciaport para conquistar esta identificação”, comentou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

A apresentação do Plano de Descarbonização foi feita pelo diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Fundación Valenciaport, Josep Sanz Argent, o diretor de Projetos e consultor de Inovação e Estratégia Portuária da entidade, Jonas Mendes Constante, e a consultora sênior Jussara Neto Mendes.

Durante toda esta semana, representantes do centro de pesquisa espanhol está visitando os portos paranaenses e diversos terminais portuários. Nas visitas, os dirigentes apresentam demandas de informação para a metodologia e apresentar o cálculo da pegada de carbono.

Segundo informou a Portos do Paraná, as visitas técnicas aos terminais portuários de Paranaguá e Antonina seguem até sexta-feira (24).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024

REGIÃO SUL - INFRA S.A. VAI DESENVOLVER O PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE SC

Plano tem como objetivo destacar estratégias e planos futuros para o desenvolvimento do estado através dos modais de transporte

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



Assinatura da contratação da Infra SA pelo Governo Estadual ocorreu nesta semana (Foto: Roberto Zacarias/Secom)

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), assinou nesta semana a ordem de serviço para a elaboração do Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT).

Conforme anunciado, o trabalho será realizado pela Infra SA, empresa federal vinculada ao Ministério dos

Transportes.

A partir deste estudo, o Governo Estadual terá um documento com uma análise detalhada sobre os diferentes modais de transporte e o planejamento futuro de investimentos que possam atender as demandas da economia catarinense a longo prazo.

“A elaboração do Plano é um processo criterioso, preciso e estratégico. O diagnóstico irá fundamentar as ações tomadas visando o crescimento do estado. Santa Catarina é importante pela sua posição no país, com um grande litoral, grande extensão de rodovias, um grande fluxo de cargas pelo seu potencial industrial, pelo seu potencial de agricultura e de transporte de passageiros”, comentou o diretor de planejamento da Infra S.A, Cristiano Della Giustina.

Vale lembrar que a Infra S.A. foi responsável pela elaboração do PELT Rondônia e, atualmente, está desenvolvendo os planos dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024

REGIÃO NORDESTE - EMPRESA DE LOGÍSTICA CRIA NOVAS ROTAS PARA CONTORNAR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

A ideia é aproveitar os portos de Suape e Pecém, além de trechos utilizando balsas e rodovias para manter o fluxo contínuo de mercadorias

Por Júnior Batista junior.basta@redebene.com.br



A empresa IBL World está investindo em novos sistemas, ampliação de rotas e aprimoramento dos processos logísticos para atender às demandas do mercado

A empresa privada IBL World inaugurou três serviços de cabotagem que podem ser replicados por outras empresas de logística para driblar a seca e os conflitos internacionais que afetam a região Norte do País. Tratam-se do sistema rodoflúvia, a cabotagem nacional fracionada e a cabotagem internacional. Todos já estão em vigor.

A ideia é aproveitar os portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, além de rotas utilizando balsas e rodovias para manter o fluxo contínuo de mercadorias que são exportadas e importadas pela região Norte brasileira.

“Nós estamos atentos ao cenário internacional, principalmente por conta dos conflitos que têm persistido e aumentado a instabilidade do mercado. Por isso é importante para nós voltarmos nossos

olhos para outras possibilidades que podem ser abordadas tanto interna, quanto externamente”, explica o diretor internacional da IBLWorld, Fernando Balbino.

No caso das rotas rodofluviais, parte do percurso é feito pelo ramal rodoviário e a outra parte por meio fluvial, utilizando balsas. Já no caso da cabotagem nacional fracionada, a mercadoria é coletada no estado de Santa Catarina e segue até o Porto de Suape pelo mar. Lá, é feito o descarregamento do navio e a mercadoria segue seu fluxo através da central de distribuição da empresa.

Em relação às remessas internacionais, para evitar a perda de competitividade e os benefícios fiscais da zona franca de Manaus, o diretor explica que são feitas viagens de balsas. “Durante o período de seca os navios não conseguem atracar no porto de Manaus, com isso os contêineres são direcionados para outros portos como de Suape e Pecém. Para esses containers de importação chegarem até Manaus (AM), é necessário que o envio seja via balsas. No serviço internacional isso ocorre justamente para os importadores não perderem os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus”, afirma.

O cenário também é adotado, diz ele, antecipando-se às adversidades climáticas previstas para a segunda quinzena de agosto até dezembro.

Com projeções otimistas para o segundo semestre de 2024, a IBLWorld está investindo em novos sistemas, ampliação de rotas e aprimoramento dos processos logísticos para atender às demandas crescentes do mercado. Serão investidos R\$ 1 milhão em contratação de equipe, aquisições de veículos, sistemas e adaptações necessárias para as operações. A empresa possui cinco bases operacionais que atendem mais de 190 países, atualmente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DE FORTALEZA MOVIMENTA 8 MIL TONELADAS DE ALUMÍNIO EM UM MÊS

Com mercado aquecido, cais cearense fez operação com 500 toneladas do material num só dia

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



No ano passado, o Porto movimentou 45 mil toneladas de alumínio (Foto: Divulgação)

Com mercado aquecido, o Porto de Fortaleza desembarcou 500 toneladas de lingotes de alumínio na terça-feira, dia 21. O material foi produzido pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e transportado em 12 caminhões. A expectativa é de que, nas próximas três semanas, o cais cearense receba até 8 mil toneladas do material.

No ano passado, o Porto movimentou 45 mil toneladas de alumínio. O País voltou a ser autossuficiente na produção do metal no ano passado, quando viu sua produção avançar 24% no ano em comparação a 2022, de acordo com dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). O volume movimentado no Brasil foi de 1,006 milhão de toneladas.

A carga de lingotes de alumínio será exportada entre os dias 10 e 15 de junho, para o Porto de Trieste, na Itália. A embarcação responsável pelo transporte será a MVUNISTAR que virá da Guiana.

Em nota, o Diretor-Presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes, destacou os pontos que contribuíram para a escolha da empresa exportadora pelo Porto de Fortaleza para a movimentação da carga.

“O Porto de Fortaleza conta com uma área alfandegada com espaço suficiente para armazenar as toneladas de alumínio que serão exportadas, além de também disponibilizar berços bem equipados para a atracação dos navios”, informou.

Evolução

De acordo com dados da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL), o Brasil produzia, em 1970, cerca de 56 mil toneladas de alumínio. Em 2023, esse número ultrapassou 1 milhão de toneladas, o que representa aumento de 18 vezes na produção do metal.

Em relação à reciclagem, o salto foi de 113 vezes no mesmo período. Nos anos 1970, a quantidade de alumínio reciclado era de 8 mil toneladas, agora alcança 904 mil toneladas.

Naquela época, cada brasileiro consumia, em média, 1,1 kg de produtos de alumínio por ano, um número sete vezes menor do que o registrado em 2023, quando o consumo anual por pessoa foi de 7,3 kg de alumínio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024

REGIÃO SUDESTE - SEMINÁRIO DO CAFÉ TERMINA COM FOCO EM PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Painel sobre o ESG no mercado do café foi destaque junto à palestra sobre o fortalecimento da marca do produto nacional

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebenews.com.br



O 24º Seminário Internacional do Café reuniu autoridades, empresários e especialistas e registrou em Santos um recorde de participação, com mais de 900 inscritos de 33 países (Foto: Reprodução/TV BE News)

Terminou na quinta-feira (23) a 24ª edição do Seminário Internacional do Café. O evento, realizado pela primeira vez em Santos (SP), reuniu autoridades, empresários e especialistas para discutirem questões de diferentes áreas referentes ao setor cafeeiro, e registrou um recorde de participação, com mais de 900 inscritos de 33 países.

No dia de encerramento, as práticas de ESG (governança ambiental, social e corporativa) foram destaque. A abertura do dia contou com um painel que debateu as inovações necessárias para o setor se adequar aos desafios climáticos dos próximos anos, além do uso da Inteligência Artificial na agricultura.

Em seguida, foi a vez do painel Regulatório/Agenda Verde, que abordou o novo cenário do fluxo do comércio global de café em tempos de ESG. A mesa teve a participação da secretária-geral da Federação Europeia do Café, Eileen Gordon Laity, o diretor nacional da Rainforest Alliance, Yuri Feres, o diretor executivo da Associação Britânica do Café, Paul Rooke, o fundador e secretário geral da SCTA (Associação Suíça do Comércio do Café), Michael Von Luehrte, e o CEO do Cecafé, Marcos Matos.

A secretária geral da Federação Europeia do Café, Eileen Gordon Laily, falou sobre a Regulamentação do Desmatamento da União Europeia (EUDR, na sigla em inglês). As novas regras serão aplicadas a partir do dia 30 de dezembro deste ano, e estabelecerão uma série de exigências sobre a origem do café que chega à União Europeia.

O primeiro dos requisitos é que o café que chegar deve vir de uma área que não foi desmatada depois de 31 de dezembro de 2020. Outro ponto é que a origem do produto deve seguir todas as legislações estabelecidas, não apenas relacionadas às leis ambientais, mas também legislações relacionadas aos direitos humanos, trabalhistas, anticorrupção, transparência, entre outras.

O terceiro requisito é a produção de uma diligência prévia que deverá ser enviada em um sistema eletrônico, para analisar se o produto está alinhado com os outros requisitos, além de mitigar riscos. O documento deverá ter coordenadas geográficas do local onde foi produzido e colhido, para saber se o espaço atende às exigências.

Eileen também falou sobre a importância da integração com o setor cafeeiro do Brasil para traçar estratégias em comum. “Essa colaboração é essencial. O Brasil é um ótimo exemplo. Conversamos com o Marcos [Matos, CEO do Cecafé] por, pelo menos, cinco anos, mas não só ele. Falamos com a CNC [Conselho Nacional do Café], associações comerciais... Então a comunicação tem sido muito boa e isso nos permite trabalhar juntos. Nenhum de nós sabíamos o que tínhamos que fazer, mas por meio de muitas conversas nós pudemos progredir juntos na mesma direção. Estamos todos alinhados, então se erramos, erramos juntos, mas se tivermos sucesso, todos também terão”.

Legislação europeia

O CEO da Cecafé, Marcos Matos, falou sobre os desafios da nova legislação europeia. Segundo ele, as leis conflitam com o código florestal brasileiro, que é um dos mais rigorosos do mundo atualmente, em regras ambientais. Ao mesmo tempo, a Europa representa 48% de todas as vendas externas do país.

“57 mil contêineres são enviados para lá todos os anos. Então é um mercado muito importante, é um mercado de qualidade, de sustentabilidade. Nós estamos utilizando todo esse debate com as organizações europeias e internacionais de café para promover o produto brasileiro, independente das novas regras que estão em jogo”, afirmou Matos.

A promoção do café brasileiro também foi pauta de uma palestra com o publicitário Hugo Rodrigues, presidente da Wmccann WorldGroup. O palestrante destacou a força do café brasileiro e trouxe a necessidade de reforçar a marca do produto nacional fora do país. Rodrigues apresentou estratégias de marketing que podem ser utilizadas para potencializar a imagem do produto internacionalmente.

“A gente, como consumidor, não tem noção do que significa o café brasileiro pro restante do mundo. Nós somos uma potência nessa área. Nós temos que fazer com que o resto do mundo se apaixone por esse produto onde nós somos campeões”.

O seminário foi encerrado com um show da cantora Elba Ramalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/05/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MAGDA CHAMBRIARD ASSUME COMANDO DA PETROBRAS

De acordo com a Petrobras, não será necessária a convocação de Assembleia de Acionistas

Por epbr 24 de maio de 2024 Em Notícias

A Petrobras informou nesta sexta-feira (22/5) que Magda Chambriard tomou posse como presidente e membro do conselho da empresa, após a aprovação do seu nome pelo Conselho de Administração. Ela substituiu Jean Paul Prates, que deixou o comando da empresa na última semana por decisão do presidente Lula.

O Comitê de Elegibilidade da Petrobras já havia aprovado a indicação de Magda Chambriard na última quarta-feira.

Ainda de acordo com a Petrobras, não será necessária a convocação de Assembleia de Acionistas.

Magda chega ao comando da empresa com mais uma agenda cara ao governo resolvida. Esta semana, Petrobras e Cade divulgaram que alteraram os acordos de vendas de ativos da empresa, pauta que tem forte apelo na base aliada do atual governo.

Para conseguir resolver a agenda de parte do governo para a Margem Equatorial, terá um longo trabalho de negociação. Esta semana, em evento no Rio, a secretária Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana Toni, afirmou que a decisão final sobre a abertura de novas fronteiras exploratórias no Brasil é do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), mas vai passar pelas discussões das metas do Plano Clima.



Quem é Magda Chambriard?

Magda Chambriard é mestra em Engenharia Química pela COPPE/UFRJ (1989) e Engenheira Civil pela UFRJ (1979), com especialização em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações e especialização em Produção de Petróleo e Gás, na hoje denominada Universidade Petrobras.

Fez diversos cursos, além dos relativos à produção de óleo e gás, dentre os quais Desenvolvimento de Gestão em Engenharia de Produção, Negociação de Contratos de Exploração e Produção, Qualificação em Negociação na Indústria do Petróleo, Gerenciamento de Riscos, Contabilidade, Gestão, Liderança, Desenvolvimento para Conselho de Administração.

Iniciou sua carreira na Petrobras, em 1980, atuando sempre na área de Produção, onde acumulou conhecimentos sobre todas as áreas em produção no Brasil. Foi cedida à ANP para assumir a assessoria da diretoria de Exploração e Produção em 2002, quando atuava como consultora de negócios de E&P, na área de Novos Negócios de E&P da Petrobras.

Na ANP, logo após assumir a assessoria, assumiu também as superintendências de Exploração e a de Definição de Blocos, com vistas a rodadas de licitação. Foi responsável pela implantação do Plano Plurianual de Geologia e Geofísica da ANP, que resultou na coleta de dados essenciais para o sucesso das licitações em bacias sedimentares de novas fronteiras.

Assumiu a Diretoria da ANP em 2008 e a Diretoria Geral em 2012, tendo liderado a criação da Superintendência de Segurança e Meio Ambiente, Superintendência de Tecnologia da Informação, os trabalhos relativos aos estudos e elaboração dos contratos e editais, os estudos técnicos que culminaram na primeira licitação do pré-sal, além das licitações tradicionais sob regime de concessão.

Foi responsável pelas áreas de Auditoria, Corregedoria, Procuradoria, Promoção de Licitações, Abastecimento, Fiscalização da Distribuição e Revenda de Combustíveis, Recursos Humanos, Administrativa-Financeira, Relações Governamentais além das relativas ao segmento de Exploração e Produção.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/05/2024

EMBRAER FAZ PARCERIA COM AVFUEL PARA AUMENTAR USO DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO

Parceria deverá resultar no fornecimento de cerca de 908,5 mil litros de combustível sustentável à Embraer em 2024

Por epbr 24 de maio de 2024 Em Biocombustíveis, Empresas, Internacional, Transição energética



Embraer e Avfuel fecham acordo para aumentar utilização do combustível sustentável de aviação (Foto: Divulgação Embraer)

BRASÍLIA – A fabricante de aeronaves Embraer anunciou, na quinta (23/5), um acordo com a distribuidora Avfuel para aumentar a utilização do combustível sustentável de aviação (SAF, em inglês) produzido pela Neste no Aeroporto Internacional de Melbourne Orlando (KMLB), na Flórida (EUA), para uma carga por semana.

O transporte aéreo hoje responde por cerca de 3% das emissões globais de gases de efeito estufa. A substituição do querosene fóssil por alternativas renováveis e de baixo carbono é vista como uma das principais rotas para descarbonizar esse setor.

Embraer e Avfuel já mantinham um acordo de SAF desde julho de 2021, para apoio das operações de voo fora do aeroporto de Orlando. Com a atualização, serão entregues 8 mil galões (cerca de 30,2 mil litros) de SAF por trimestre.

No total, a parceria deverá resultar no fornecimento de 240 mil galões (908,5 mil litros) de SAF à Embraer em 2024, representando um aumento significativo em comparação com anos anteriores.

A cada 8 mil galões de combustível sustentável consumido, a companhia estima uma redução de 19 toneladas de emissões de CO₂, chegando a 570 toneladas a menos de emissões de carbono no ano.

O investimento da Embraer no SAF mira, principalmente, voos de demonstração, entregas e voos de produção em Melbourne.

Produzido pela Neste a partir de resíduos e matérias-primas residuais de origem sustentável e 100% renováveis, como óleo de cozinha usado, o combustível pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em até 80% em comparação ao QAV de petróleo, se usado em sua forma pura.

A aposta no SAF integra a estratégia da Embraer para alcançar operações neutras em carbono até 2040 e uma aviação com zero emissões líquidas até 2050, alinhado com o compromisso Fly Net Zero da indústria.

Em novembro de 2023, governos de mais de 100 países membros da Organização da Aviação Civil Internacional (Icao, em inglês) chegaram a um acordo para estabelecer meta de reduzir em 5% a intensidade de carbono do combustível usado nas aeronaves.

Através da adoção de um novo Quadro Global da Icao para SAF, combustíveis de aviação com baixo carbono (LCAF) e outras energias mais limpas, os membros da organização deverão definir suas próprias estratégias para alcançar a meta.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/05/2024

POTENCIALIZEE E FINEP FIRMAM PARCERIA PARA FINANCIAR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM PMES INDUSTRIAIS

Linha de crédito pretende acelerar financiamento de projetos para reduzir consumo de energia em pequenas e médias indústrias

Por epbr 24 de maio de 2024 Em Empresas, Transição energética



Programa busca envolver PMEs no movimento de eficiência energética para descarbonizar operações (Foto: Divulgação/PotencializEE)

BRASÍLIA — O programa PotencializEE anunciou nesta quinta (23/5) uma parceria com a Finep, agência de fomento vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para uma linha de crédito voltada a pequenas e médias (PMEs) indústrias que façam parte da iniciativa que promove a eficiência energética no segmento industrial.

Atualmente em implementação no estado de São Paulo, o PotencializEE oferece apoio técnico e financeiro para envolver as PMEs no movimento de descarbonização por meio da eficiência energética. Desde subsídios para a realização de diagnósticos energéticos até apoio ao financiamentos para os projetos.

No caso da parceria com a Finep, a intenção é permitir que essas empresas tenham acesso automático e simplificado ao Finep Inovacred, linha de financiamento com taxa de juros atrelada à taxa referencial (TR) e que gira em torno de 7% ao ano.

Antes dessa parceria, para ter acesso ao crédito, as empresas precisavam passar por uma avaliação do mérito da inovação, o que agora será feito previamente pelo Senai, responsável pela realização dos diagnósticos energéticos das PMEs que participam do programa.

“Só o fato de as empresas serem enquadradas automaticamente nessa linha da Finep, que possui condições muito atrativas, é uma grande vantagem para esse perfil de empresas, que encontram dificuldades em acessar o crédito”, explica Luiz Lubi, da agência de cooperação alemã GIZ, coordenador do PotencializEE.

Duas das principais abordagens do programa conduzido pelo governo brasileiro em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ, em alemão) são o investimento em eficiência energética industrial e a eliminação do desperdício em energia térmica, medidas que impulsionam a inovação, principalmente aqueles ligados à produção de calor e frio, na visão dos desenvolvedores do programa.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a indústria, em geral, responde por 32% do consumo final de energia do Brasil. Com idade média de 14 anos, máquinas e equipamentos gastam cerca de R\$ 90 bilhões com eletricidade e combustíveis.

“O envolvimento de PMEs no processo de descarbonização da economia é essencial para alcançar as metas climáticas brasileiras. Para se ter uma ideia, mais de 90% das emissões de gases de efeito estufa de uma grande empresa estão concentradas em sua cadeia de valor, composta principalmente por pequenas e médias empresas”, comenta Marco Schiewe, diretor do PotencializEE.

“Incentivar a eficiência energética em indústrias de menor porte melhora a competitividade reduzindo custos e também melhorando seus indicadores de sustentabilidade”, conclui.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 24/05/2024

EXIGÊNCIAS PODEM LEVAR DISTRIBUIDORAS A NÃO RENOVAR, DIZ SILVEIRA

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Por epbr 24 de maio de 2024 Em Comece seu Dia, Setor elétrico



O Ministério de Minas e Energia enviou nesta quinta-feira (23/5) à Casa Civil a minuta do decreto que vai permitir a prorrogação de contratos de concessão de 20 distribuidoras de energia elétrica que vencem entre 2025 e 2031.

O documento endurece as regras para as distribuidoras ao fazer novas exigências financeiras e de qualidade de serviço, criar punições e facilitar o processo de caducidade da concessão em caso de descumprimento.

“Tiramos as distribuidoras do conforto contratual que se encontram hoje. Elas vão ter que melhorar a qualidade do serviço, e não descarto a possibilidade de algumas não aderirem [aos novos contratos], em consequência das exigências”, afirmou o ministro Alexandre Silveira (PSD).

➔ **Veja os principais pontos do decreto na reportagem de Hanrrikson de Andrade.**

<https://epbr.com.br/mme-envia-decreto-de-renovacao-das-distribuidoras-de-energia-veja-os-principais-pontos/>

Petróleo continua em queda. Os preços da commodity atingiram mínima em três meses após caírem pelo quarto dia consecutivo, atinge mínima de três meses, afetada pela expectativa de manutenção de juros altos nos EUA.

– Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para julho fecha em queda de 0,90% (US\$ 0,70), a US\$ 76,87 por barril. Na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para agosto fecha em queda de 0,65% (US\$ 0,53), a US\$ 81,11 o barril.

Magda Chambriard pode ser nomeada hoje. O Conselho de Administração da Petrobras se reúne nesta sexta-feira (24/5) e deve aprovar a indicação da ex-diretora da ANP para membro do conselho e presidente da companhia.

– Ela tem ido regularmente à sede da estatal, no Rio de Janeiro, para conversar com a presidente interina, Clarice Coppetti, e outros empregados, segundo o Broadcast.

ANP altera mistura de combustíveis no Rio Grande do Sul. A agência reguladora adotou novos percentuais de biodiesel no diesel nas bases de Esteio e Canoas a partir desta quinta-feira (23/5): mínimo de 7% no óleo diesel S10 (antes 2%) e S500 (antes sem biodiesel). Em Rio Grande, mantém-se 2% para S10 e sem biodiesel para S500. A mistura de etanol na gasolina mantém mínimo de 21% em Canoas, Esteio e Rio Grande. As medidas valem até 3 de junho.

Recursos de combate à sonegação para calamidades públicas. O relator do PL do devedor contumaz (15/2024), Danilo Forte (União/CE), defendeu que os recursos obtidos do combate à sonegação fiscal sejam destinados ao enfrentamento de situações de calamidade pública. O projeto, de iniciativa do governo federal, pretende endurecer regras contra os devedores contumazes – empresas que não pagam impostos de forma proposital.

Diálogos da Transição. Os atuais planos climáticos (Contribuições Nacionalmente Determinadas – NDCs) do Brasil, França, Reino Unido, EUA e Austrália são os mais alinhados com o cenário de emissões líquidas zero projetado pela BloombergNEF em relatório divulgado esta semana. Leia na epbr.

Descarbonização da indústria esbarra em falta de apoio, diz estudo. A análise do Oxford Institute Energy Studies destaca o potencial do Brasil para descarbonizar setores industriais como fertilizantes e siderurgia, mas ressalta que a realidade econômica e a falta de políticas de apoio dificultam essa transição.

MME marca leilões A-4 e A-6 para dezembro. O Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública para os editais dos leilões de energia nova A-4 e A-6, previstos para dezembro. A concorrência

segue a Lei de Privatização da Eletrobras e abrange projetos hidrelétricos, eólicos, solares e termelétricos.

Statkraft quer disputar leilão com projeto híbrido. A empresa planeja ofertar no leilão de reserva de capacidade o projeto híbrido de geração solar e eólica com armazenamento em baterias do parque que opera no interior da Bahia, confirmou a companhia à agência epbr.

Opinião: Top five de fontes renováveis, Brasil oferece oportunidades para M&A País se destaca entre emergentes com mercados energéticos estruturados para transição, atraindo investimentos em renováveis, escreve André Fonseca.

TotalEnergies e Revulusolar inauguram usinas em favelas no Rio. Em parceria com a petroleira, a ONG instalou 55 painéis solares na favela da Babilônia, no Rio, dobrando a capacidade da cooperativa local para 55 kWp, beneficiando 40 famílias. Na Cidade Nova, a ONG Anjinho Feliz recebeu uma usina solar de 7 kWp, economizando 90% na fatura de energia e atendendo 400 pessoas.

AXS Energia recebe aporte para construir usinas solares. A empresa recebeu US\$ 31,3 milhões para construir 14 usinas solares em Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, com capacidade total de 39,7 MWp. A iniciativa visa reduzir 40 mil toneladas de CO2 por ano e criar mais de 760 empregos.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 24/05/2024*



JORNAL O GLOBO – RJ

TAXAÇÃO DE IMPORTADOS: 'DISCUSSÃO MUITO MAIS REGULATÓRIA E DE CONCORRÊNCIA, DO QUE DE FATO ARRECADATÓRIA', DIZ CERON

Secretário do Tesouro Nacional disse que governo não conta com recursos de impostos desse segmento em suas contas para este ano. E informou que medidas compensatórias a desoneração estão sendo negociadas

Por Luciana Casemiro



O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, diz — Foto: Washington Costa/MF

A taxaço dos importados não está na conta da arrecadação do governo para este ano. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista ao Em Ponto, na Globonews, disse que a discussão sobre a incidência de imposto nas compras até US\$ 50 é uma questão regulatória a respeito da competitividade do varejo nacional:

Reforma Tributária: deputado critica opção de Lira de nomear membros do Centrão para analisar texto principal

- Isso (a taxaço dos importados) não faz parte, nem está nos nossos planos de recuperação e recomposição da base fiscal, utilizar recursos oriundos dessa discussão.

Ceron ainda acrescentou:

- Essa discussão está muito mais centrada no apelo da indústria nacional, do comércio nacional varejista em relação a entrada desses produtos sem tributação gerando uma concorrência desleal com o mercado doméstico, então é uma discussão muito mais regulatória e de concorrência, do que de fato arrecadatária.

Nesta quarta-feira, a pedido do governo a Câmara adiou a votação do projeto que pode impor a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas.

Durante a entrevista à Globonews, o secretário do Tesouro comentou ainda a diferença entre a previsão de déficit do governo central feita pelo mercado, de R\$ 80 bilhões, frente a previsão do arcabouço que limita a R\$ 28,8 bilhões. Ceron destacou ainda que medidas compensatórias da desoneração da folha de pagamento de 17 setores e das prefeituras vão corroborar o déficit de R\$ 14,5 bilhões apontado pela Relatório de Receitas e Despesas, divulgado nesta quinta-feira:

- Acabamos de divulgar um relatório de receitas, pelo nosso balanço mais atualizado, nós estamos aí com essa projeção de R\$ 14 bilhões de déficit. Tem uma diferença em relação à projeção do mercado, mas lembrando que desde o começo do ano as projeções, a mediana do mercado vem melhorando, vem se aproximando da projeção que o governo sempre sinalizou. À medida que tem uma discussão, por exemplo, relacionada às compensações recorrentes da desoneração da folha e da Previdência de municípios que está sendo discutida e deve ser divulgada em breve para poder garantir esse cenário que nós apontamos de R\$ 14 bilhões.

Ele destacou, no entanto, que ainda há muito desafios a serem enfrentados na área fiscal:

- Então assim, por um lado as medidas estão funcionando, nós estamos inegavelmente com uma recuperação da base fiscal, por outro. A situação exige cuidado e nós não podemos relaxar e entender que a situação está resolvida. Pelo contrário, há muitos desafios pela frente e o processo de recomposição da base fiscal precisa continuar. Então, qualquer tipo de renúncia ou frustração de receita, ela precisa ser compensada e nós vamos preparados para adotar as medidas e novas medidas que forem necessárias para atingir esse resultado. Isso está bem planejado, nós temos um conjunto de ações ser acionadas caso necessário, mas no momento as coisas estão fluindo, os resultados estão vindo de acordo com o que nós esperávamos - disse Ceron sem antecipar quais seriam as medidas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/05/2024

GOVERNO QUER INCLUIR PRAZO MÁXIMO DE VOLTA DA LUZ EM CASO DE CHUVAS NA RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA

Entre outras novas 20 exigências, empresas terão de avaliar desempenho do abastecimento da rede por bairro e também demonstrar ter viabilidade financeira para operar

Por Manoel Ventura — Brasília



Light é uma das concessionárias de energia à espera de renovação da concessão — Foto: Reprodução

O Ministério de Minas e Energia está planejando uma lista com 20 novas exigências que serão feitas às distribuidoras de energia para renovar seus contratos de concessão. Entre elas está a obrigação de a empresa cumprir um prazo máximo para restabelecer energia em caso de corte por eventos climáticos.

O ministro Alexandre Silveira afirmou nesta semana que o decreto com as renovações deve ser publicado nos próximos dias. Estão com pedido de renovação distribuidoras de sete grandes grupos: Neoenergia, Enel, CPFL, Equatorial, Energisa, Light e EDP. Juntas, elas respondem por cerca de 60% do segmento de distribuição.

Entre as mudanças está a necessidade de comprovar anualmente a saúde financeira necessária para garantir a operação do serviço com qualidade.

Atualmente, o desempenho das operadoras é feito considerando a média de uma grande área de concessão, como uma cidade, por exemplo. Com as mudanças propostas agora, a análise será feita em bairros e áreas da concessão. Assim, será possível limitar a distribuição de dividendos, por exemplo, caso índices de qualidade não sejam atingidos.

Os indicadores medem basicamente a duração (DEC) e a frequência (FEC) dos desligamentos. O pano de fundo do novo modelo é o caso dos blecautes registrados pela Enel SP.

Tarifa diferenciada

Numa decisão que deve afetar a Light e a Enel RJ, haverá tarifa diferenciada em áreas de concessão com restrição de acesso em razão de problemas com segurança pública. O modelo ainda está sendo fechado, mas isso pode tirar o peso dos consumidores que moram fora dessas áreas, já que hoje todo o custo é rateado.

O governo vai estabelecer tempo máximo para retorno de operação após eventos climáticos como chuvas e temporais, considerar a “satisfação” dos consumidores, exigir atualização anual do plano de investimentos, extensão de aportes em áreas rurais e obrigatoriedade de digitalização.

Além disso, o índice-base de reajuste dos contratos será trocado do IGP-M para o IPCA. O governo também vai cobrar melhoria do serviço de call center e canal direto com o poder público (como prefeituras), como um telefone próprio para isso.

Também será exigida a reorganização dos recursos de eficiência energética para contemplar iniciativas de modernização e combate à pobreza energética, obrigatoriedade de condições igualitárias entre funcionários e terceirizados e obrigatoriedade de atender a condições de trabalho definidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para cargos de direção, serão exigidos critérios de diversidade. E será necessário garantir a proteção de dados do cliente, além de criar rede de consumidores para dialogar com a empresa e o poder público.

Por fim, será feita nova regra para obrigar a cessão de infraestrutura de postes para terceiros e “preparação” para o consumidor escolher o fornecedor da energia — como no mercado livre, em que o cliente compra diretamente da geradora de energia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/05/2024

VEJA COMO O BRASIL QUER USAR O G20 PARA ATRAIR FINANCIAMENTOS DO EXTERIOR PARA PROJETOS DE ECONOMIA VERDE

Para Ministério da Fazenda, reforma de bancos multilaterais é um dos caminhos para que dinheiro chegue a iniciativas voltadas para a redução das emissões de carbono no país

Por Vinicius Neder — Rio de Janeiro



O governo federal quer aproveitar a presidência rotativa do G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo, para canalizar mais recursos externos para financiar os investimentos necessários à transição para uma economia de baixo carbono em países emergentes, incluindo o Brasil.

O Baixo Rio Negro é uma área protegida do Amazonas — Foto: Michael Dantas/AFP

Segundo o Ministério da Fazenda, US\$ 10 bilhões, de um total de cerca de US\$ 30 bilhões disponíveis nos próximos cinco anos, não chegam a quem mais precisa. E os bancos de desenvolvimento — sejam multilaterais, como o Banco Mundial (Bird), sejam nacionais ou subnacionais, como o BNDES — são peça fundamental para destravar isso.



Subsecretário de Finanças Sustentáveis do Ministério da Fazenda, Ivan Oliveira. — Foto: Diogo Zacarias/Divulgação

É um tema que conecta duas das prioridades colocadas pelo Brasil na presidência rotativa do G20: o desenvolvimento sustentável e a reforma das instituições multilaterais da governança global, incluindo os bancos de desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional (FMI), disse o subsecretário de Finanças Sustentáveis do Ministério da Fazenda, Ivan Oliveira.

Os quatro principais fundos mapeados pela pasta são o Fundo Verde para o Clima (CGF, pela sigla em inglês), de 2010, o Fundo de Investimento Climático (CIF, pela sigla em inglês), de 2008, o Fundo de Adaptação, de 2010, e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, pela sigla em inglês), de 1994.

Segundo Oliveira, apenas esses quatro reúnem os cerca de US\$ 30 bilhões disponíveis nos próximos cinco anos. Geralmente, esses fundos são formados por contribuições de governos e, em menor escala, de empresas. A lógica é reunir recursos de países desenvolvidos para financiar os investimentos necessários em países emergentes, principalmente nos mais pobres.

Isso porque as nações mais vulneráveis não teriam como arcar com os aportes, que vão desde a construção de usinas de geração de eletricidade renovável até a mudança de frotas de caminhões e ônibus, passando por obras que tornem as cidades mais resistentes a eventos climáticos, como enchentes.

E esses países terão que fazer esses investimentos. Com o Acordo de Paris, firmado na Conferência do Clima das Nações Unidas de 2015, na capital francesa, todas as nações envolvidas — desenvolvidas, emergentes e as mais pobres — se comprometeram com metas de redução de emissões de gases do efeito estufa. Para cumpri-las, os países pobres precisarão da ajuda dos ricos.

Embora os valores envolvidos nesses quatro fundos estejam aquém dos US\$ 100 bilhões por ano estimados como necessários pelo Acordo de Paris, a questão da dificuldade de acesso colocada pelo Ministério da Fazenda é um problema adicional. Ou seja, além de estarem abaixo do necessário, os recursos não chegam à ponta.

‘Plataformas de países’

Para Oliveira, as discussões no âmbito do G20 poderão resultar em recomendações para a criação de “plataformas de países”, ao deixar um roadmap — um plano de trabalho detalhado, no jargão da diplomacia — sobre a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento. Segundo o subsecretário, “esse roadmap é a grande entrega do Brasil”, e a ideia é terminá-lo ainda este ano, pelo menos na parte da reforma da governança dos bancos multilaterais.

— Um dos pontos que aparece lá é, justamente, como os bancos multilaterais precisam se conectar de forma um pouco mais efetiva com bancos nacionais e subnacionais de desenvolvimento, especialmente a partir do que costumamos chamar de “plataformas de país”, ou seja, veículos que são criados para que investidores internacionais e outros stakeholders, como os próprios bancos multilaterais, consigam conectar projetos nos países e financiá-los — afirmou Oliveira.

No Brasil, captar recursos dos bancos multilaterais é uma prática tradicional no BNDES. Na gestão Aloizio Mercadante, que assumiu o comando do banco de fomento no ano passado, com a volta do PT ao governo federal, esse tipo de captação tem avançado.



*Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, em evento na sede do banco
— Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo*

Em 2023, foram US\$ 3,2 bilhões levantados com instituições multilaterais no exterior. Estão no radar mais US\$ 4,6 bilhões, para entrar entre este ano e 2025, estimou Mercadante no início deste mês, ao apresentar os resultados financeiros do banco referentes ao primeiro trimestre.

Em outras frentes, o BNDES é o operador do Fundo Amazônia — principal instrumento de REDD+, mecanismo criado pela UNFCCC, a convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, que permite a remuneração pela preservação de florestas em pé. No ano passado, o banco lançou mão do Fundo Clima, como alternativa para ampliar seu funding, como o sistema bancário chama as fontes de recursos para emprestar. O Tesouro Nacional turbinou o fundo com US\$ 2 bilhões obtidos na primeira emissão de títulos verdes da dívida externa, ou green bonds, em novembro.

— O Fundo Clima mudou de escala. Desembolsava de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões e, agora, vai desembolsar na casa de R\$ 10 bilhões por ano. Para fazer várias coisas: de transporte urbano à recuperação de áreas degradadas, de transição ecológica de máquinas eficientes à produção de biometano, de fontes renováveis de energia elétrica a biocombustíveis. Então, gera também oportunidades para a política industrial, mas com todo esse foco ambiental — disse o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa.

Ele acrescenta que o banco já recebeu demandas de mais de R\$ 30 bilhões em projetos para tomar os novos recursos.

Risco cambial

Segundo Barbosa, um dos obstáculos a serem vencidos na interação entre fundos externos e bancos multilaterais, de um lado, e as instituições de desenvolvimento que podem atuar como “plataformas de país”, de outro, é a variação cambial, além da disponibilidade de recursos para funding e de garantias, os bens ou fianças que o tomador de um financiamento oferece ao credor.

— O Brasil está fazendo agora o mecanismo em que o Tesouro vai baratear o hedge cambial (instrumentos financeiros que funcionam como um “seguro” para variações no câmbio) para alguns projetos selecionados. No mundo, e acho que a crise de 2008 provou isso, não existe tanto um problema de liquidez ou de funding. Os recursos existem. O problema é o descasamento cambial — explicou Barbosa.

O mecanismo do Tesouro citado pelo diretor do BNDES é o Eco Invest Brasil, lançado pelo Ministério da Fazenda em fevereiro. O programa, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Bird, visa incentivar a entrada de capital estrangeiro no país para investimentos em transição energética, oferecendo mecanismos de proteção contra a variação cambial a custos menores do que os de mercado.

— Há uma discussão de que o FMI e o Banco Mundial, mais do que liquidez ou funding, deveriam criar um mecanismo de hedge mundial. É como se criasse um fundo de hedge cambial para projetos selecionados, em que o interessado pega um recurso e faz o hedge mais barato junto ao FMI do que no mercado — disse Barbosa.

Exemplo para o mundo

O presidente da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD, equivalente ao BNDES na França), Rémy Rioux, acha que o Eco Invest Brasil poderá servir de exemplo para outros países. Ele esteve no Rio no início desta semana, para uma reunião, sediada pelo BNDES, do Finance in Common (FiCS), rede de bancos de desenvolvimento na qual preside o conselho.

— Lançamos, no Rio, o FiCS Financial Innovation Lab, com o apoio do BID e da Iniciativa de Política Climática (CPI), que está pronto para receber novas ideias e ajudar a elaborá-las e divulgá-las — contou Rioux ao GLOBO.

E completou:

— Com base no exemplo brasileiro, os bancos públicos de desenvolvimento poderiam ser solicitados a desenvolver arranjos financeiros inovadores sob medida, para desbloquear investimentos verdes e resilientes, abordando as principais restrições financeiras existentes identificadas em nível nacional, como instabilidade cambial, custo de capital, falta de financiamento internacional, limites de rating (a classificação de risco de crédito, feita por agências) etc.



Rémy Rioux, presidente da AFD, acha que o Eco Invest Brasil poderá servir de exemplo para outros países — Foto: Divulgação/AFD

Veja os principais instrumentos do Brasil para atrair recursos

Fundo Verde para o Clima, (GCF): US\$ 13,9 bi

Foi criado na COP-16, a Conferência do Clima das Nações Unidas de 2010, em Cancún (México). Os recursos vêm de contribuições dos governos, principalmente de países desenvolvidos. Os beneficiários são projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em países emergentes, com foco nos mais pobres e vulneráveis em relação ao clima. A carteira tem 253 projetos apoiados, que receberão US\$ 13,9 bilhões, dos quais US\$ 4,3 bilhões

já foram desembolsados.

Fundo de Investimento Climático (CIF): US\$ 10 bi

Formado em 2008, por contribuições de 15 países desenvolvidos (Reino Unido e EUA são os maiores doadores), no total de US\$ 10 bilhões, financia projetos em países de renda baixa ou média.

Fundo de Adaptação: US\$ 1 bi

Criado em 2010 para apoiar países emergentes signatários do Protocolo de Kyoto, teve o primeiro projeto aprovado em 2014. Já se comprometeu com US\$ 1 bilhão para financiar cerca de 160 projetos de adaptação. É formado com contribuições de governos, empresas e por uma taxa de 2% sobre créditos de carbono emitidos conforme o Protocolo de Kyoto.

Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF): US\$ 5,3 bi

Criado em 1994, funciona como mecanismo financeiro para várias convenções das Nações Unidas sobre o meio ambiente, como a da biodiversidade e a das mudanças climáticas, reunindo vários fundos. É administrado pelo Banco Mundial e é formado por doações de governos. São 186 países membros. Ao longo das décadas, proveu US\$ 25 bilhões em financiamentos. Tem US\$ 5,3 bilhões disponíveis para o ciclo 2022-2026.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/05/2024

GOVERNO DE SP APRESENTA NOVOS PROJETOS DE TRENS DE PASSAGEIROS NO INTERIOR DO ESTADO. VEJA OS TRAJETOS

Plano prevê R\$ 60 bi em investimentos em linhas férreas ligando a capital e Santos e São José dos Campos. VLTs poderão conectar Campinas, Hortolândia e Sumaré

Por Hyndara Freitas e Juliana Causin — São Paulo

O governo de São Paulo anunciou ontem quatro projetos de mobilidade urbana, que incluem dois trens intercity e dois VLTs, como parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI). Juntos, o governo estima que os projetos somam R\$ 60 bilhões em investimento, inclusive os que já estão em andamento, como o da ligação entre Campinas e a capital, licitado em fevereiro.

Como informou O GLOBO, foi aprovada, em reunião na tarde de ontem, a contratação de estudos para dois trens intercidades (TIC), um ligando a capital paulista até São José dos Campos, e o outro que fará o trajeto de São Paulo até Santos, no litoral.



Trem da CPTM — Foto: Marcos Alves / Agência O Globo

O trem até Santos vai envolver aportes de até R\$ 15 bilhões, segundo o governo. O percurso deverá ser feito em uma hora e meia. No de São José dos Campos, os investimentos previstos são de R\$ 6 bilhões, para 130 quilômetros, que será feito em 75 minutos.

O governo ainda vai definir o trajeto, o modelo das composições e a linha à qual os trens serão integrados.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas, três opções de ligação da capital até Santos estão em estudo, e uma delas faria parte do percurso a partir da Rodovia dos Imigrantes:

— Isso vai ser amadurecido durante o estudo de viabilidade. Depois vamos aperfeiçoar e aprofundar os estudos.

O governo também pretende lançar estudos para PPIs em dois novos VLTs (veículo leve sobre trilho). Um deles é o VLT Campinas-Hortolândia-Sumaré, que dará acesso ao Aeroporto Viracopos. O outro VLT ligará Sorocaba até Iperó, município vizinho.

No caso do VLT na região de Campinas, Hortolândia e Sumaré, serão dois ramais ferroviários. O primeiro fará a ligação metropolitana, em Campinas, Hortolândia e Sumaré, com 22 quilômetros. Um segundo ramal vai permitir o deslocamento entre o centro da cidade e o Aeroporto. A avaliação é de investimentos em R\$ 2,6 bilhões.

No caso do VLT de Sorocaba, o trajeto é de 25 quilômetros, ao custo de R\$ 1,5 bilhão. A linha prevê interligação com o trem do Eixo Oeste, que está em estudos, e prevê a ligação da Região Metropolitana de SP com o município.

O primeiro projeto de trem intercidades é o que ligará Campinas até a capital. O modal foi licitado em fevereiro. A operação deve começar em 2031.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/05/2024

GOVERNO FOI INFORMADO PREVIAMENTE DE ACORDO ENTRE AZUL E GOL PARA COMPARTILHAMENTO DE VOOS

Acordo alimenta especulação sobre fusão. Parceria valerá para rotas domésticas nas quais só uma das empresas opera

Por Geralda Doca — Brasília



Aviões da Gol e da Azul em Brasília — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O governo foi informado previamente sobre a operação de codeshare entre Gol e Azul, anunciada na noite desta quinta-feira pelas duas empresas e, a princípio, não vê problemas. Um integrante do alto escalão do governo afirmou que esse tipo de parceria já ocorreu no passado e não deve enfrentar problemas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Para esse interlocutor, ainda é cedo para falar se o codeshare é o primeiro passo para a fusão entre as duas companhias. A expectativa do governo é que a Gol consiga se reestruturar financeiramente durante o processo de recuperação em andamento nos Estados Unidos para não restringir a concorrência no transporte aéreo.

Em publicação na rede social, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, disse que a pasta e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vão acompanhar eventuais consequências do "buscando sempre melhores serviços e condições para o consumidor brasileiro". Ele destacou ainda que o tipo de parceria é comum no setor em todo o mundo.

"Esse tipo de acordo comercial já ocorre entre outras companhias aéreas nacionais e internacionais ao redor do mundo. Nós esperamos que possa ampliar a conectividade entre os diversos destinos brasileiros, gerando maior complementaridade na malha nacional, oferecendo mais opções de voos para os brasileiros", comentou o ministro.

Após o anúncio, as ações da Azul (AZUL4) dispararam na Bolsa de Valores de São Paulo e chegaram a subir 9,14%. As da Gol (GOLL4) tiveram alta de até 16,6%.

A Gol está em recuperação judicial e, segundo rumores de mercado, há conversas com a Azul para unir os dois negócios. Na semana passada, em evento em Nova York, o CEO da Azul, John Peter Rodgerson, evitou falar diretamente sobre as supostas conversas, mas disse sempre acreditou na consolidação do setor.

A parceria anunciada na noite de quinta-feira inclui as rotas domésticas exclusivas, ou seja, operadas por uma das duas empresas e não a outra.

Assim, o cliente poderá viajar entre duas cidades cuja rota é operada pela Gol, trocar de aeronave no aeroporto e seguir para um terceiro destino cuja rota é operada pela Azul. Sem esse acordo, o passageiro não chegaria a essa terceira cidade.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/05/2024*

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

'NÃO É O VALOR QUE IMPEDE ACORDO SOBRE DESASTRE DE MARIANA', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Alexandre Silveira afirma que mineradoras tentaram acordo "pelo avesso" ao começar pelo valor e não encarar problemas da reparação

Por Mariana Carneiro, Luiz Araújo (Broadcast) e Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirma que o acordo de reparação pelo desastre de Mariana (MG), ocorrido em 2015, não está emperrado pelos valores oferecidos pelas mineradoras. Vale, BHP Billinton e Samarco ofereceram R\$ 72 bilhões na mais recente tentativa de acordo, rejeitada pelos representantes do governo federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Há uma semana, porém, as empresas fizeram nova oferta, conforme noticiou o Estadão/Broadcast. O valor apresentado pelas empresas não se alterou, segundo fontes ouvidas pela reportagem, mas foram retomadas obrigações prometidas pelas empresas.

Em entrevista exclusiva nesta quinta-feira, 23, Silveira afirmou que o impasse não está no valor em negociação.

“O valor é importante, mas não é o ponto que impediu o acordo de acontecer”, afirmou ele. “Existe um equívoco aí. Fizeram um acordo pelo avesso. Queriam primeiro discutir o valor para depois discutir o texto. Como se discute valor sem saber as quitações que são possíveis de ser dadas do ponto de vista técnico e jurídico? O que é obrigação de fazer e o que é obrigação de pagar?”.



O ministro Alexandre Silveira Foto: Ricardo Botelho/MME

O ministro disse que está estudando o caso e discute o assunto com autoridades estaduais. O governo do Espírito Santo se opôs duramente à oferta, uma vez que as empresas pediram para sustar a entrada de mais cinco municípios capixabas como área afetada. A inclusão foi resultado de ação judicial concluída em março.

Silveira afirmou que a quitação dos danos causados é o principal ponto para as empresas, uma vez que desejam se preservar de eventuais ações que surjam no futuro.

“A questão é o que é possível dar de quitação e o que não é possível. Então vejo que temos de achar um denominador comum. Por exemplo, quitação de danos de saúde pública ou ambientais futuros e desconhecidos. Como dá a quitação disso?”, questiona o ministro.

“Agora, por exemplo, eu tenho de tirar 50 milhões de metros cúbicos de rejeito numa região, não consigo licenciar nem é possível tirar esses rejeitos do ponto de vista técnico. Então ela tem de tentar tirar. Tira 20 milhões de metros cúbicos, 10 milhões. Como é que ela vai pagar a diferença? Pelo impacto causado. É o que estou elaborando.”

Silveira afirma que, neste momento, o texto do acordo não está pronto, “mas está sendo elaborado a várias mãos e agora de forma mais vigorosa”.

As empresas já sinalizaram ao governo que desejam firmar um acordo quanto antes. Além da demora em concluir a negociação, que se arrasta há quase nove anos desde o desastre ambiental, as mineradoras são rés em ação que corre na Justiça inglesa movida por afetados pelo incidente.

Silveira alega que se trata do maior acordo de reparação ambiental e social da história do planeta e, por isso, é tão sensível.

“Quero acreditar que esse acordo é bom para todo mundo. O horizonte de acordo é nesse ano ainda”, afirma.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/05/2024

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA ENCAMINHA À CASA CIVIL DIRETRIZES PARA A RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES

Prorrogação dos atuais contratos passará a depender de provas de que o serviço está sendo bem prestado, com a medição da continuidade do fornecimento

Por Luciana Collet (Broadcast) e Ludmylla Rocha (Broadcast)

Após meses de reiteradas promessas de finalizar os trabalhos de aprimoramento das diretrizes sobre a renovação das concessões de distribuição de energia, o Ministério de Minas e Energia finalmente encaminhou à Casa Civil uma proposta de decreto contendo as regras que deverão ser seguidas para a renovação dos contratos, ou licitação, das 20 concessões com vencimento entre 2025 e 2031 e que atendem 64% do mercado nacional.

A minuta do decreto encaminhada à Casa Civil, à qual o Estadão/Broadcast teve acesso, confirma em ampla medida iniciativas anteriormente já comentadas pelo ministro de Minas e Energia,

Alexandre Silveira, como a orientação de que a prorrogação das concessões está condicionada à demonstração de que as atuais operadoras prestam serviço adequado - conforme critérios definidos e a serem verificados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), relativos ao fornecimento de eletricidade e à gestão econômico-financeira.

Indicadores relacionados à continuidade do fornecimento (como frequência e duração média das interrupções - FEC e DEC) e à eficiência econômico-financeira serão aferidos individualmente a cada ano civil. O não atendimento do critério de continuidade do fornecimento por três anos consecutivos ou o não atendimento do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, poderá eliminar a possibilidade de renovação da concessão. O documento detalha que será considerado um período de apuração composto pelos cinco anos civis anteriores ao da recomendação de prorrogação (com 21 meses de antecedência em relação ao fim do contrato), excluídos os anos anteriores a 2021 para o critério de gestão econômico-financeira.

A minuta também confirma que empresas com declaração de caducidade da concessão terão o requerimento de prorrogação indeferido. Essa questão veio à tona especialmente diante do pedido de Silveira de uma rigorosa fiscalização a respeito da operação da Enel São Paulo, após graves problemas enfrentados pela distribuidora para retomar o fornecimento de energia a clientes após fortes temporais, entre novembro do ano passado e os primeiros meses deste ano. O evento foi também um dos motivadores para a obrigatoriedade de estabelecer um canal direto para atendimento de órgão público municipal e estadual.



Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, já havia adiantado em entrevista ao Estadão algumas medidas que estão no texto Foto: Ricardo Botelho / Ministério de Minas e Energia

Caso a atual concessionária não cumpra as exigências para prorrogação contratual, ela poderá apresentar um plano de transferência de controle societário ou realizar um aporte de capital em valor que garanta a sustentabilidade da concessão, na forma e montante a serem estabelecidos pela Aneel (no caso de não atendimento do critério de gestão econômico-financeira).

Nestes casos, a proposta estabelece a possibilidade de prorrogação, nos mesmos termos atuais, por até 24 meses, para a realização de processo licitatório de uma nova concessionária.

A proposta de decreto também indica que a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão, a ser elaborada pela Aneel, deverá conter cláusulas que assegurem mais de 30 compromissos, como a sustentabilidade econômico-financeira das concessionárias, inclusive por meio de aporte de capital; o atendimento de seu mercado, nos prazos regulamentados, inclusive por meio dos programas de universalização instituídos pelo governo, a satisfação dos usuários, por meio da apuração de indicadores de tempo de atendimento de serviços e pesquisas de opinião pública, indicadores de qualidade de serviço, entre outros.

Conforme também adiantou o ministro de Minas e Energia, os novos contratos irão determinar o cumprimento de determinadas metas de continuidade do fornecimento para um percentual mínimo de conjuntos elétricos, além do valor global que hoje é avaliado. Também definirão a apuração de indicadores de duração e frequência de interrupções sem aplicação de expurgos, bem como a definição de metas de eficiência na recomposição do serviço após eventos climáticos extremos. Atualmente, as interrupções em ocorrências extraordinárias não são contabilizadas.

Em relação à possível limitação de pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio em caso de descumprimento de indicadores de qualidade técnica, comercial e econômico-financeiros, a decisão foi facultada à Aneel.

Mudanças de mercado

Vislumbrando mudanças futuras na dinâmica do setor, seja por conta de uma esperada abertura do mercado livre para a baixa tensão, seja por causa de inovações tecnológicas, as diretrizes sugerem



que os contratos deverão prever potenciais aprimoramentos relacionados, por exemplo, a diferenciação de tarifa por diferentes critérios (locacional, de qualidade e geográficos). Também sugerem potencial “separação dos serviços a serem prestados inicialmente pela concessionária, que sejam futuramente passíveis de serem prestados em ambiente competitivo por outros agentes setoriais”.

Por outro lado, o contrato permitirá que a concessionária exerça outras atividades empresariais e ofereça novos serviços aos consumidores, “por sua conta e risco” e que favoreçam a modicidade tarifária, desde que autorizados pela Aneel.

“A preparação do setor de distribuição para o futuro é medida inadiável. Enquanto a produção de energia pelos próprios consumidores e os veículos elétricos já são parte da realidade, as redes elétricas inteligentes, a internet das coisas e outras tecnologias disruptivas imporão, nas próximas décadas, desafios a serem superados pelo segmento de distribuição de energia elétrica”, justifica o MME.

Contrapartidas

Como contrapartidas pela prorrogação, as diretrizes definem que as concessionárias não serão indenizadas pela eventual abertura ao ambiente competitivo e determinam que as empresas deverão desenvolver “ações para a redução da vulnerabilidade e para o aumento da resiliência das redes de distribuição frente a eventos climáticos” e fortalecer o atendimento a áreas rurais, especialmente nas regiões com potencial para o agronegócio e agricultura familiar, além de promover a inclusão energética.

Segundo o documento, os recursos para tais investimentos deverão vir de receitas acessórias próprias e complementares e de valores arrecadados referentes à ultrapassagem da demanda, mas poderão ser complementados por políticas públicas específicas.

Conforme a minuta do decreto, distribuidoras cujos contratos não vencem entre 2025 e 2031 poderão aderir às condições do novo contrato, mas a adesão não implicará a prorrogação dos respectivos prazos contratuais nem reequilíbrio econômico-financeiro.

Segundo o MME, a antecipação “garante previsibilidade às atuais concessionárias, inclusive no que se refere à tomada de crédito para investimentos em expansão e melhorias” e também permite antecipar “as retribuições pela prorrogação, referentes à preparação do setor de distribuição para o futuro e aos compromissos sociais, em especial os relativos à melhoria do serviço público de distribuição”.

Licitação

As concessões não prorrogadas ou que tenham sido extintas deverão ser licitadas. A minuta do decreto define que a licitação será realizada sem reversão prévia dos bens e a indenização pelos ativos ainda não amortizados ou depreciados a serem transferidos para a nova concessão deverá ser paga pelo vencedor do certame à antiga concessionária. Caso o valor a ser pago pelo vencedor não seja suficiente, o saldo remanescente será quitado pelo fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR). O MME ainda publicará diretrizes para prestação temporária de serviço por parte de concessionária designada, seja a própria concessionária ou entidade indicada pelo Poder Concedente.

Flexibilização de prazos

O governo está atrasado na definição das regras sobre a renovação das concessões, já que no ano que vem vence o contrato da primeira distribuidora - a EDP Espírito Santo (antiga Excelsa), primeira concessionária de energia elétrica privatizada no País, em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A legislação em vigor estabelece o prazo de 18 meses antes da data final dos contratos para que o Poder Concedente se manifeste sobre a possibilidade de prorrogação requerida pelas atuais concessionárias. Considerando a regra, o prazo para a manifestação sobre a EDP Espírito Santo se encerrou em 17 de janeiro deste ano, sem que tenha havido a devida manifestação do governo.

Por conta disso, a minuta do decreto propõe que, para as concessões com vencimento até 2026, sejam autorizadas flexibilizações nos prazos relativos ao rito processual de prorrogação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/05/2024

OPINIÃO - GRANDES DESACERTOS: LULA VEM ABUSANDO DO DIREITO DE ERRAR

Já com um terço do mandato pelas costas, o presidente não para de tomar decisões lesivas aos seus próprios interesses

Por Rogério Werneck

A análise de como o Planalto vem lidando com três grandes desafios com que agora se defronta deixa claro como decisões cruciais do presidente continuam pautadas por visões distorcidas, altamente lesivas a seus melhores interesses. Basta ter em conta as escalas recentes que Lula da Silva fez para a presidência da Petrobras e para a recém-criada Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. E, também, as considerações que, tudo indica, acabarão dominando sua escolha do nome a ser indicado para a presidência do Banco Central.

Das tormentosas relações dos governos petistas com a Petrobras, Lula nada aprendeu e nada esqueceu. Estivesse assombrado pelos fantasmas do passado, o presidente deveria, a esta altura, estar preocupado em dispensar à Petrobras um tratamento comedido e austero, tirando bom proveito do penoso esforço de reconstrução por que a empresa teve de passar a partir de 2016.

O que agora se vê, contudo, é o governo empenhado em remontar, a toque de caixa, o circo de horrores na Petrobras. A nova presidente da empresa tem currículo respeitável, mas bem sabe que foi nomeada para insistir, com determinação, no mesmo rosário de erros passados. Não será obstáculo ao avanço dessa agenda.



Indicação feita por Lula para a Petrobras e a que será feita para o Banco Central levantam temores no mercado Foto: WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

No caso da nomeação do ministro que deverá comandar a ação federal na reconstrução do Rio Grande do Sul, a visão distorcida é outra. O que merece crítica é a decisão de entregar o novo cargo ao deputado Paulo Pimenta que, além de ter-se tornado um estorvo para o Planalto, por seu desempenho medíocre à frente da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, é pré-candidato declarado a governador do Estado.

Tendo se deixado apequenar pelo oportunismo eleitoreiro nessa nomeação, Lula parece ainda não ter se dado conta das reais proporções do desafio com que o País agora se defronta no Rio Grande do Sul.

Quanto à indicação do novo presidente do Banco Central, a visão distorcida que tende a prevalecer é bem conhecida. Lula jamais escondeu sua ojeriza à ideia de que o Banco Central deve operar com independência em relação ao governo. Não lhe passa pela cabeça não ter controle estrito sobre a instituição. E, a se julgar pela fieira de declarações irritadas que tem dado a esse respeito, desde a campanha presidencial, é difícil que não acabe indicando um yes-man. Em bom português, um paumandado.

Três grandes desacertos de altíssimo custo. Tendo já atravessado mais de um terço do seu mandato, Lula vem abusando de seu direito de errar.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/05/2024

MAGDA CHAMBRIARD TOMA POSSE COMO PRESIDENTE DA PETROBRAS; O QUE ESPERAR DA NOVA GESTÃO?

Executiva, indicada por Lula, assume o cargo no lugar de Jean Paul Prates e terá o desafio de acelerar projetos caros ao presidente, como refinarias e estaleiros

Por Denise Luna (Broadcast), Gabriel Vasconcelos (Broadcast) e Caroline Aragaki (Broadcast)

O conselho de administração da Petrobras aprovou, em reunião realizada nesta sexta-feira, 24, o nome de Magda Chambriard como conselheira e a elegeu como nova presidente da companhia. “Magda Chambriard tomou posse em ambos os cargos nesta data e passou a integrar o conselho imediatamente, não sendo necessária a convocação de assembleia de acionistas para esse fim”, diz a estatal, em comunicado. Ela substitui Jean Paul Prates, que foi demitido do cargo pelo presidente Lula.

A aprovação era esperada, até porque o governo federal, que indicou Magda, é o maior acionista e tem maioria no conselho. O nome da executiva já havia sido aprovado esta semana no Comitê de Pessoas da estatal, que avaliou que a indicação preenchia “os requisitos necessários” previstos nas regras de governança da companhia e na legislação aplicável e está apta para ser apreciada pelo conselho de administração, sendo, portanto, elegível para ambos os cargos.

Magda é mestre em Engenharia Química pela Coppe/UFRJ (1989) e engenheira civil pela UFRJ (1979), com especialização em Engenharia de Reservatórios e Avaliação de Formações e especialização em Produção de Petróleo e Gás, na hoje denominada Universidade Petrobras.

Iniciou sua carreira na Petrobras, em 1980, atuando sempre na área de Produção, onde acumulou conhecimentos sobre todas as áreas em produção no Brasil.



Magda já tomou posse no comando da Petrobras Foto: Wilton Junior/Estadão

Assumiu a diretoria da ANP em 2008 e a diretoria geral em 2012, tendo liderado a criação da Superintendência de Segurança e Meio Ambiente, Superintendência de Tecnologia da Informação, os trabalhos relativos aos estudos e elaboração dos contratos e editais, os estudos técnicos que culminaram na primeira licitação do pré-sal, além das licitações tradicionais sob regime de concessão.

O que o governo espera de Magda?

A Petrobras que a nova presidente, Magda Chambriard, encontra, ao tomar posse, é bem diferente da que o demitido Jean Paul Prates se deparou em janeiro de 2023. Não será preciso acabar com a política de preços de importação (PPI) e nem reduzir o nível dos dividendos, mas ela terá de entregar o que Prates não entregou, na avaliação do Planalto, como acelerar investimentos em grandes obras, ressuscitar a indústria naval brasileira e retornar aos setores de petroquímica e fertilizantes.

Para executivos próximos a Magda, o estilo firme demonstrado nos seus quatro anos à frente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) será mais do que necessário para atender às expectativas do governo e provavelmente rever algumas decisões da gestão anterior.

Prates conseguiu conquistar investidores encontrando um meio-termo na questão dos dividendos, ao sugerir 45% do fluxo de caixa livre e pagar metade dos proventos extraordinários de 2023, além de ter lançado uma política de preços de combustíveis que abandonou a paridade internacional, mas não significou operação deficitária. Ele também tocava a transição energética da companhia com cautela e planejava seguir em sociedades na Braskem e em eventual retorno à Refinaria de Mataripe. Outra novidade foi a política de recompra de ações, cuja continuidade é dúvida ante o desembarque de Prates.



“Acreditamos que todos esses pontos passarão por uma reavaliação com a nova gestão da empresa”, disse a Ativa Investimentos em nota, quando o nome de Magda foi anunciado. No documento, a corretora avaliou a troca de comando como negativa, por aumentar o “risco político” que envolve a companhia. Analista da casa, Ilan Arbetman destacou que Prates se “equilibrava entre interesses econômicos e políticos com sabedoria” sempre reforçando o compromisso com o investidor privado.

Dividendos

Ao Estadão/Broadcast, o ex-conselheiro da Petrobras e advogado de acionistas minoritários Leonardo Antonelli avaliou que não deve haver mudanças no nível de dividendos pagos pela companhia (45% do FCL), mesmo porque o Ministério da Fazenda tem interesse na fonte de recursos para o Tesouro.

A leitura é similar ao do chefe do departamento de análises do UBS-BB, Luiz Carvalho. Em relatório, o banco aponta que a troca de comando não deve mudar a empresa por enquanto e que, apesar das incertezas do mercado no curto prazo, está mantida a leitura de que a Petrobras é uma operadora de petróleo “resiliente e eficiente”, com ativos de produção de classe mundial e governança, capaz de manter a racionalidade da alocação de capital e retorno aos acionistas.

O maior risco, lista o UBS BB, são interferências políticas externas, um dos pontos de desgaste de Prates, que tentou blindar a companhia do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil.

Investimentos

Para pessoas ouvidas pelo Estadão/Broadcast, além dos dividendos, Magda terá de lidar com as expectativas do governo de acelerar grandes obras, como a do polo Gaslub e da Rnest, a retomada das fábricas de fertilizantes, encomendas de equipamentos para sistemas de produção e navios à indústria nacional. Na avaliação do Planalto, tudo isso teria andado devagar sob Prates, deprimindo o volume de investimentos da empresa.

Segundo fontes, no ritmo que vinham os investimentos da companhia, os US\$ 102 bilhões previstos no plano estratégico até 2028 acabariam na casa dos US\$ 70 bilhões. Outra fonte diz que a demanda real por navios pela Transpetro, subsidiária de transporte da Petrobras, chega a 26 unidades, mas a gestão Prates teria incluído apenas quatro no plano estratégico. A principal missão de Magda na empresa, portanto, será dar tração a esses gastos.

Combustíveis, refino e E&P

Com relação à política de preços de combustíveis, Magda chega em momento confortável, de encolhimento da defasagem dos preços praticados pela estatal frente aos internacionais graças à depreciação da cotação internacional petróleo. Hoje, essa defasagem é só de 5% na gasolina e 2% no diesel.

Quanto a refino e exploração, pelas declarações mais recentes de Magda, a tendência é mesmo de continuidade. Em declarações públicas, Magda defendeu o aumento da capacidade de refino da companhia, tal qual feito por Prates, e deu declarações favoráveis à ida da companhia à Margem Equatorial, onde sofre resistências da ala ambiental do governo.

Governança

De acordo com Marcelo Frazão, sócio da área de Energia do Campos Mello Advogados em cooperação com DLA Piper, a principal preocupação é uma nova mudança na presidência da companhia, mas outros pontos também estarão na mira do mercado e de especialistas como as posições de Magda em relação a questões como mercado de gás natural, transição energética e governança. Frazão destacou que Prates vinha tendo uma interação positiva com o mercado de capitais, “se equilibrava bem com os acionistas”. E agora, segundo o advogado, o mercado vai querer saber quais os compromissos assumidos pela nova presidente da companhia com o controlador.

Gás

Qual será o papel do mercado de gás na nova gestão? A pergunta, segundo Frazão, vai ser feita pelo mercado, que teme a volta da Petrobras como construtora de infraestrutura, como era no passado, e voltar a ser monopolista. “Com essa troca vamos precisar entender se a Petrobras vai continuar com esse comportamento ou vai retroceder?”, indagou, ressaltando que Magda sempre foi defensora do mercado de gás.

Transição energética

Prates assumiu um compromisso claro com a transição energética, antes um assunto menor na companhia. Os investimentos, porém, são de longo prazo, o que desagradou a área política do governo, que prefere obras de curto e médio prazo. Segundo Frazão, Magda terá que escolher entre investir na tecnologia do futuro (eólicas offshore, hidrogênio verde) ou em projetos de efeitos imediatos. “Tem que ficar atento a isso, não pode querer só emprego e renda e ignorar a transição (energética)”, destacou Frazão.

Gerentes

Outra cobrança que será feita à nova presidente da Petrobras será a demissão de gerentes herdados da gestão Bolsonaro. Segundo membros da companhia, muitos estão lotados na diretoria de Sustentabilidade e Transição Energética e têm sido obstáculos para a concretização de projetos. Outros diretores também podem deixar a companhia com a entrada de Magda. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, os cargos dos diretores de Exploração e Produção, Joelson Mendes, e o diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Carlos Travassos, também estariam em risco.

“Existe uma preocupação que a mudança de presidente traga também mudanças de diretores e gerentes que atrapalham as decisões de investimento da companhia. Será que os substitutos serão nomeações técnicas ou políticas?”, questionou Frazão, lembrando que a Petrobras é uma empresa mista e deve satisfação a milhares de acionistas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/05/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

COP30: PARÁ TEM OBRAS AVANÇADAS PARA SEDIAR O EVENTO MUNDIAL

Estado investe em transformações estruturais, sociais e ambientais para além do evento de 2025; legado deixado beneficiará mais de 1 milhão de pessoas

Por Governo do Pará



Com 500 mil metros quadrados, o Parque da Cidade será um dos grandes legados para o estado — Foto: Divulgação/ Agência Pará

Faltando um ano e meio para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, que será realizada em Belém (PA), o governo do estado do Pará atualiza os dados sobre o andamento das obras e iniciativas que viabilizarão o evento. “Intensificamos as obras estruturantes e estamos com as ações em um estágio avançado”, afirma o governador Helder Barbalho. As intervenções vão além da infraestrutura e entram nos

campos social e ambiental. “Estamos trabalhando na construção de um legado para Belém, para a Amazônia, e de consciência ambiental e sustentabilidade plena, para que possamos introduzir um novo tempo a partir da COP 30”, aponta.

Para sediar o principal evento global dedicado a debater as mudanças climáticas, o Pará vem recebendo apoio do governos federal e da iniciativa privada. As obras estruturantes devem beneficiar mais de 1 milhão de pessoas, além de gerar mais de 5 mil empregos.



Os novos espaços irão contribuir para melhorar a qualidade de vida da população — Foto: Divulgação/ Agência Pará

Anfitrião preparado

Durante a COP 30, programada para novembro de 2025, em Belém, 50 mil pessoas são esperadas em visita ao estado Pará. Para cumprir as expectativas, o executivo estadual tomou medidas que vêm dando resultados. Focando nas soluções para que a capital possa sediar o encontro mundial, o governo do Pará contratou uma consultoria especializada, além de um escritório de projetos para garantir o cumprimento de prazos, e um Comitê Estadual focado no acompanhamento das ações previstas.

Em Belém, o Parque da Cidade, onde acontecerão os principais eventos da COP 30, está com as obras avançadas e parte já finalizada (35%). O projeto terá 500 mil metros quadrados de área construída e um paisagismo de 50 hectares, compondo a maior obra de intervenção urbana em execução no Pará. Após o evento, o espaço será entregue à população paraense para promover qualidade de vida, lazer, interação, cultura, arte e bem-estar.

Governador esteve presente no evento Summit Valor Econômico Brazil-USA, no último dia 15 de maio.

Outro projeto que deve ficar como legado para a sociedade em Belém é o Porto Futuro II, um novo ponto turístico criado em sete galpões cedidos pela Companhia Docas do Pará (CDP). Esses espaços serão transformados em um complexo para valorizar a cultura popular, o patrimônio imaterial, a história amazônica, a gastronomia e a biodiversidade do Pará. Um dos destaques do Porto Futuro II é a construção do Parque de Bioeconomia, parte de uma estratégia para o alcance da transição para uma socioeconomia de baixo carbono.

Em relação à mobilidade, a capital do Pará passa por transformações importantes, como a requalificação de avenidas estratégicas, como Doca e Tamandaré, e a ampliação das faixas da via da Rua da Marinha, para melhor escoamento do trânsito. O governo ainda está acelerando a finalização do BRT Metropolitano, que terá veículos que emitem menor quantidade de carbono e modelos elétricos, e investindo na construção do novo Terminal Hidroviário, na Cidade Velha.

Saneamento e urbanização também estão na pauta das transformações da capital. O governo realiza uma série de macrodrenagens em mais de 15 canais da grande Belém, beneficiando mais de 500 mil pessoas, além de pavimentação de vias, ampliação da rede de esgoto, paisagismo e outras melhorias.

Para se preparar para receber os visitantes, o Governo do Estado, em parceria com o BNDES, promoveu uma rodada de negócios com várias instituições que resultou em investimentos de R\$ 140 milhões em crédito para impulsionar o turismo na região. Um marco importante no segmento foi a cooperação institucional com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), uma das principais entidades do setor.

Grandes investimentos também foram feitos em segurança pública, pauta primordial para a recepção da conferência e para a população paraense de forma geral. Há cinco anos essa agenda vem sendo trabalhada e já foram investidos R\$ 13 bilhões, com destaque para as bem-sucedidas Usinas da Paz, que, no ano passado, contribuíram para a redução de 13,7% da criminalidade no estado.

Preocupação com o meio ambiente

A política ambiental do estado do Pará se destaca pela redução do desmatamento, incentivo à bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico aliado à preservação. O palco da COP 30, o estado que detém o segundo maior território da Amazônia, está avançando em suas políticas ambientais.

Alguns exemplos são o pioneirismo do Pará ao instituir o Plano de Bioeconomia e o Plano de Restauração Florestal na Amazônia, a redução de 21% no desmatamento, segundo o Sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além de menos alertas de desmatamento medidos pelo Deter.

E as iniciativas continuam, por exemplo, com o seguimento do Plano Estadual Amazônia Agora e o lançamento do Plano de Recuperação de Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN) com meta de restaurar 5,6 milhões de hectares até 2030.

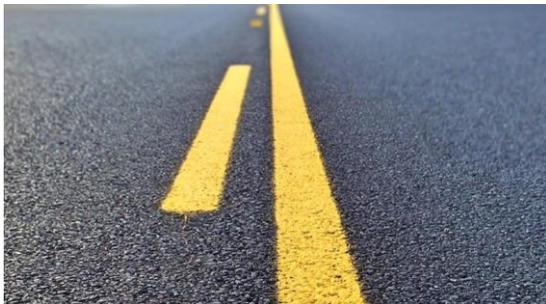
“A COP 30 significa um ponto central de construção de uma nova história para a Floresta Amazônica. Será o grande momento para o mundo discutir o sul global e o papel da floresta diante das urgências climáticas”, aponta o governador do Pará, Helder Barbalho.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/05/2024

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE CONSULTA SOBRE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Minuta promete gerar debate, sobretudo em relação à obrigação de recompra de papéis já emitidos em caso de nova operação para o mesmo projeto

Por Liane Thedim, Valor — Rio



— Foto: Pixabay

O Ministério dos Transportes abriu consulta pública para discutir com o mercado as regras para as emissões de debêntures de infraestrutura. A minuta de portaria, que a partir desta sexta-feira poderá receber contribuições de empresas e entidades do setor por 20 dias, promete gerar debate, sobretudo em relação à obrigação de recompra de papéis já emitidos em caso de nova operação para o mesmo projeto.

Pelo texto disponibilizado pelo ministério no site da plataforma Participa + Brasil, o projeto poderá ser alvo de nova emissão para investimentos adicionais e previamente autorizados pelo órgão competente. Mas afirma que, necessariamente, parte do valor arrecadado deverá ser usado para recompra das debêntures anteriores.

Segundo fontes ligadas a esse tipo de operação, isso pode ser um tiro no pé, já que os investimentos adicionais podem ser necessários em um momento macroeconômico pior, ou seja, com juros e prazos menos vantajosos, o que obrigaria a empresa a retirar do mercado papéis que poderia manter com melhores condições.

A minuta da portaria permite a inclusão dos gastos com outorga como despesas de capital do projeto, conforme o secretário-executivo do ministério, George Santoro, adiantou ao Valor em 17 de maio. São, portanto, passíveis de serem lastro para as emissões. O texto, porém, exclui despesas financeiras.

Além disso, determina que o projeto necessariamente deverá ter licença prévia do órgão ambiental competente, além de prever implantação de infraestrutura para “adequação para resiliência climática” e mecanismos de gestão do impacto do projeto entre “povos e comunidades afetados”.

O ministério promete responder em até cinco dias úteis se a documentação entregue está adequada às exigências e dará mais 15 dias para eventuais exigências serem cumpridas.

Ainda conforme o texto que está sendo submetido à avaliação do mercado, os projetos enquadrados em emissões de debêntures de infraestrutura deverão fazer parte do escopo de um contrato de concessão, permissão, autorização ou arrendamento no setor de transporte rodoviário ou ferroviário e “só poderão abranger ações de implantação, ampliação, recuperação, adequação ou modernização, excluídas as ações de manutenção”.

A portaria número 517, que abre a consulta pública, assinada por Santoro, foi publicada no Diário Oficial da União nesta sexta-feira. “Certamente haverá espaço para algum debate e pedidos de esclarecimento, sobretudo em relação ao tema da obrigação de recompra”, avalia Alberto Faro, sócio do Machado Meyer Advogados.

As debêntures de infraestrutura foram criadas em lei sancionada em janeiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diferentemente dos papéis incentivados, cuja isenção fiscal é dada ao investidor, neste caso o incentivo é concedido ao emissor.

Quase três meses depois, em março, um decreto regulamentou a emissão das novas debêntures e eliminou a exigência de autorização dos ministérios projeto a projeto, mas determinou que cada órgão criasse seu conjunto de regras. Isso vem represando dezenas de emissões, o que vem desagradando ao mercado.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/05/2024

CAPITAIS DO EXTERIOR AVANÇAM COM SOLUÇÕES PARA REDUZIR EMISSÕES DE GASES

Londres restringiu circulação de carros antigos na região metropolitana, enquanto Oslo proibiu a venda de veículos a motor térmico a partir de janeiro de 2025

Por Cláudio Marques, Para o Valor — São Paulo



Oslo, capital da Noruega, estabeleceu a proibição da venda de veículos a motor térmico a partir de janeiro de 2025 — Foto: Pexels

É costume dizer que as cidades são organismos complexos e dinâmicos, o que é um fato. Mas a necessidade de reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE) pode levar à busca de soluções semelhantes. Londres, na Inglaterra, criou uma, a Zona de Emissões Ultra Baixas (ULEZ, na sigla em inglês), para restringir a circulação de carros antigos e mais poluentes. Já Oslo, capital da Noruega, estabeleceu a proibição da venda de veículos a motor térmico a partir de janeiro de 2025. Shenzhen, na China, eletrificou sua frota de 16 mil ônibus.

A ULEZ foi implementada em 2019 no centro de Londres para melhorar a qualidade do ar. A medida obriga motoristas de veículos mais poluentes a pagar uma taxa de 12,50 euros (R\$ 81,25 pelo câmbio de 16/05) por dia que conduzirem na área. E desde agosto de 2023 inclui toda a área metropolitana da capital inglesa.

A prefeitura da cidade informa que existem 3,7 mil câmeras fazendo o reconhecimento automático das placas dos veículos. Um banco de dados verifica se o veículo está em conformidade com os padrões de emissão. De acordo com a municipalidade, mais de 500 mil londrinos vivem com asma e são mais vulneráveis aos impactos da poluição atmosférica na saúde. Sem a ULEZ, a poluição poderia provocar ou agravar doenças que custariam 10,4 bilhões euros ao setor de saúde até 2050.



A medida está proporcionando ar mais limpo para 5 milhões de pessoas, ainda de acordo com a prefeitura, e desde agosto de 2023, há menos 77 mil veículos mais poluentes circulando na região. Ao mesmo tempo, a cidade aumenta a infraestrutura de carregamento para a frota de 155,5 mil carros e vans elétricos plug-in registrados na capital, segundo os números de junho de 2023. Em 30 de abril de 2024, Londres tinha mais de 19,8 mil pontos de carregamento, cerca de 32% do total do Reino Unido.

A quantidade de estações de carregamento também foram destacadas pelo Índice IESE Cities in Motion 2024, que considera a capital inglesa pioneira na implementação de tecnologias inteligentes, graças a sua extensa rede de torres 5G. A infraestrutura verde é outro diferencial apontado pelo estudo, que a coloca no primeiro lugar do ranking.

A prefeitura de Oslo informa que trabalha “ativamente” na eletrificação dos transportes. Hoje, os carros elétricos representam 95% de todas as vendas de carros novos. Para estimular a compra desse tipo de veículo, há incentivos, como taxas e impostos reduzidos, e a cidade investiu na expansão do número de estações de carregamento públicas. O resultado, segundo a prefeitura, é a melhoria da qualidade do ar, a redução das emissões dos gases do efeito estufa e uma cidade mais sustentável.

A capital norueguesa também implementou diversas medidas para promover o crescimento sustentável e soluções de cidade inteligente, por meio da iniciativa SmartOslo. Seus programas oferecem para startups a oportunidade de validar e mostrar soluções no contexto do mundo real. Na visão da prefeitura, a iniciativa instaura um ambiente propício à inovação, à colaboração e à acessibilidade de recursos, contribuindo para o desenvolvimento de negócios.

A cidade chinesa de Shenzhen, localizada no sudeste do país, é conhecida como sede de grandes empresas, como Huawei, BYD e Tencent, e pelo amplo uso da tecnologia na gestão municipal, o que já lhe proporcionou o título de cidade inteligente em vários rankings. A professora Suzana Khan, diretora do Coppe, centro de pesquisa em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que uma smart city é também resultado da ininterrupta de políticas públicas. “Há 40 anos, a localidade era uma vila de pescadores. A continuidade é essencial”, reforça.

Shenzhen, além disso, foi a primeira cidade chinesa a se tornar uma zona econômica especial, em 1980, atraindo grandes empresas, que utilizam tecnologia avançada na produção de eletrônicos e outros produtos. Com mais de 17 milhões de habitantes, uma de suas medidas de impacto foi eletrificar toda a sua frota de 16 mil ônibus.

Integrante do Centro China-Brasil de Mudanças Climáticas, na Universidade de Tsinghua, em Pequim, Khan conta que Shenzhen adota a tecnologia do gêmeo digital — uma cópia virtual de toda a cidade. Com sensores e câmeras espalhados por seu território, é feito um mapeamento que possibilita acompanhar do computador, por exemplo, sistemas de águas e eletricidade, trânsito, edificações, temperatura, ventos etc. Assim, é possível dar respostas rápidas a eventuais problemas que surgirem. “Para a gestão, é mais eficaz”, diz. Ela, porém, lembra o controle estatal exercido sobre a população.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/05/2024

ALCKMIN PREVÊ APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA MONTADORAS E INDÚSTRIA NESTE MÊS

Aloizio Mercadante, defende adoção de crédito subsidiado para setores estratégicos, como o de combustíveis renováveis

Por Paula Martini e Victoria Netto — Do Rio

Três projetos de lei de interesse do governo devem avançar no Congresso Nacional ainda no primeiro semestre, segundo o vice-presidente Geraldo Alckmin. Em participação por videoconferência em um evento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Alckmin



afirmou esperar que a Câmara dos Deputados aprove, na semana que vem, o programa Mover, que concede créditos tributários a empresas do setor automotivo que investirem na descarbonização da frota, e o PL de depreciação acelerada para a indústria.

Ainda de acordo com o vice-presidente, o projeto que cria a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD) deve ter aprovação e sanção do presidente Lula até o fim de junho. O texto que prevê a criação da LCD foi aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada e segue para o Senado Federal.

A letra de crédito foi pensada como um instrumento de captação de recursos da ordem de R\$ 10 bilhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “A medida vem na esteira da LCA, para agricultura, e LCI, para o setor imobiliário. A medida pode tornar os juros 1,5% mais baratos, porque na letra de crédito tem redução do imposto de renda da pessoa física e jurídica”, disse.

Alckmin reafirmou que o Brasil almeja uma indústria exportadora e que o BNDES vai com o ministério para a Arábia Saudita, em reunião com nove fundos soberanos, e depois para a China, que é o maior parceiro comercial do Brasil. “O Brasil abriu nos últimos 15 meses 107 novos mercados, em quase 50 países, onde conseguimos avançar no agro, agroindústria, indústria e queremos retomar o setor de serviços.”

Também no evento, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu a adoção de crédito subsidiado para setores estratégicos, como o de combustíveis renováveis. Mercadante disse que o país pode ser líder na produção de etanol e entrar com peso na produção do Combustível Sustentável de Aviação (SAF), com boas janelas de oportunidade também no Combustível de Navegação.

“Precisamos saber usar com responsabilidade os poucos recursos que temos para alavancar setores fundamentais para a economia”, disse. “Queremos uma indústria descarbonizada e inovadora, há uma oportunidade gigante que está se abrindo para o Brasil pela nossa matriz energética limpa”.

O presidente do BNDES reafirmou que é preciso “combater o negacionismo econômico e o protecionismo comercial” e disse que o governo pode avançar na proteção ao setor siderúrgico, ampliando a cesta de produtos com alíquota de 25% no imposto de importação. No mês passado, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior do Brasil (Gecex) decidiu elevar para 25% o imposto de importação de 11 produtos de aço e estabelecer cotas de volume de importação para esses produtos, após pressão do setor siderúrgico por medidas de proteção comercial.

“Estamos começando com 11 produtos e vamos acompanhar as necessidades da indústria e também o compromisso do setor, que é manter empregos, fazer novos investimentos e não ter abuso dos preços”, disse em conversa com jornalistas. “Com isso você protege a produção nacional, mas permite que se mantenham importações que ajudem a regular o mercado”, completou.

Quanto ao Rio Grande do Sul, Mercadante não quis comentar se a linha de crédito especial estudada pelo governo para reconstruir a infraestrutura gaúcha terá taxas subsidiadas ou recursos não reembolsáveis. Ele ainda informou ainda que o BNDES vai lançar no dia 19 de junho uma linha para o setor audiovisual, mas que será anunciada pelo presidente Lula.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/05/2024

NOVAS REGRAS DO SETOR ELÉTRICO DEVEM SAIR ATÉ AGOSTO

Mudanças vêm sendo prometidas pelo governo desde o ano passado

Por Rafael Bitencourt — De Brasília



Alexandre Silveira: “Tiramos as distribuidoras do conforto contratual” — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

Após finalizar o decreto de renovação de contrato das distribuidoras, o Ministério de Minas e Energia trabalhará para fechar a proposta de reforma das regras do setor elétrico, com possibilidade de envio ao Congresso Nacional, até agosto.

As mudanças vêm sendo prometidas pelo governo desde o ano passado, como forma de corrigir o que o ministro Alexandre Silveira classifica de “colcha de retalhos”. O assunto foi tratado em setembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês

passado com especialistas do setor.

A ideia, segundo o Valor apurou, não é substituir o projeto de modernização do mercado que tramita atualmente na Câmara (PL 414), que vem sendo debatido já há alguns anos no Congresso. O governo não quer que sua proposta seja encarada como um “atropelo” da iniciativa dos parlamentares.

Com o novo marco legal do setor, integrantes do Ministério de Minas e Energia pretendem, assim como define o PL 414, preparar o mercado de energia para a abertura do mercado livre. Nele, o consumidor é beneficiado pela portabilidade da conta de luz, facilidade que permite escolher de quem comprar a sua energia.

O governo espera que o decreto de renovação das concessões de 20 distribuidoras de energia viabilize a digitalização das redes até 2030, segundo avaliação de fonte oficial envolvida com o tema. O texto do decreto foi enviado para análise final na Casa Civil nesta quinta-feira (23), com diretriz para a digitalização das redes para o setor.

A digitalização da infraestrutura passa basicamente pela troca do medidor de consumo do tipo analógico por equipamentos mais modernos com leitura digitalizada. Essa mudança permite à distribuidora aperfeiçoar o modelo de comercialização do serviço e ao consumidor migrar para o mercado livre, onde pode escolher de quem comprar a energia.

O texto do decreto, obtido pelo Valor, não fixa prazo para que as distribuidoras façam a digitalização do serviço. A fonte do governo explica que essa exigência deve constar na regulamentação, que será preparada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Outra mudança no mercado de distribuição de energia pretendida pelo governo é a separação das cobranças pelo uso das redes (o fio) e pelo consumo de energia. Esta também é uma das diretrizes que entrou na versão final do decreto, também considerada importante para ampliação do acesso ao mercado livre, e que também deve ser implementada até 2030.

Com a edição do decreto, Silveira espera aumentar a qualidade do serviço de fornecimento de energia no país. “Tiramos as distribuidoras do conforto contratual que se encontram hoje. Elas vão ter que melhorar a qualidade do serviço, e não descarto a possibilidade de algumas não aderirem [aos novos contratos], em consequência das exigências”, disse o ministro.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/05/2024

CONTAS EXTERNAS TÊM SALDO NEGATIVO DE US\$ 2,52 BILHÕES EM ABRIL

Investimentos diretos somaram US\$ 3,86 bilhões

Por Andreia Verdélio - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As contas externas do país tiveram saldo negativo em abril de 2024, chegando a US\$ 2,516 bilhões, informou nesta sexta-feira (24) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o déficit havia sido de US\$ 247 milhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A piora na comparação interanual é resultado da redução do superávit comercial, que teve queda US\$ 578 milhões. Contribuindo para o resultado negativo nas transações correntes, os déficits em serviços e renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas) aumentaram em US\$ 844 milhões e US\$ 1,1 bilhão, respectivamente.

Já a renda secundária oscilou de déficit para superávit, com variação de US\$ 249 milhões.

Em 12 meses encerrados em abril, o déficit em transações correntes foi US\$ 35,271 bilhões, 1,57% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US\$ 33,002 bilhões (1,48% do PIB) no mês passado. Já em relação ao período equivalente terminado em abril de 2023 houve retração; na ocasião, o déficit em 12 meses somou US\$ 50,646 bilhões (2,52% do PIB).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, que se inverteu a partir de março. Ele ressaltou que é um déficit externo baixo para os padrões da economia brasileira que está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país, que tem fluxos de boa qualidade. “Com isso, a gente tem as condições de financiamento da economia brasileira”, disse.

Os dados do Investimento Direto no País (IDP) no mês de abril somaram US\$ 3,867 bilhões, com aumento de 26% em relação ao resultado de abril de 2023, que foi de US\$ 3,059 bilhões.

No acumulado de janeiro a abril de 2024, o déficit nas transações correntes ficou em US\$ 17,310 bilhões, contra saldo negativo de US\$ 12,867 bilhões no primeiro quadrimestre de 2023.

Balança comercial

As exportações de bens totalizaram US\$ 31,356 bilhões em abril, um aumento de 11,7% em relação aos R\$ US\$ 28,074 bilhões em igual mês de 2023. As importações somaram US\$ 24,558 bilhões, também com elevação de 18,6% na comparação com abril do ano passado, quando chegaram a US\$ 20,699 bilhões.

Sobre as importações, reduzindo o superávit comercial, Rocha explicou que o aumento na quantidade de bens importados puxou o crescimento, com destaque para os criptoativos, que são caracterizados como bens e contabilizados na balança comercial. Em abril, foram importados US\$ 1,7 bilhão em criptomoedas, crescimento elevado em relação aos US\$ 763 milhões registrados em abril de 2023.

Segundo o chefe de Estatísticas do BC, a popularização desses ativos explica a alta. “Embora criptoativos não sejam mais uma novidade, eu diria que ainda estão ganhando mercado”, disse. “Ao longo do tempo, as pessoas estão tendo maior conhecimento sobre como usar criptomoedas, sobre as transações que podem fazer, mais serviços que estão surgindo, mais formas de investimento”, acrescentou.

Com esses resultados, a balança comercial fechou com o superávit de US\$ 6,798 bilhões no mês passado, ante saldo positivo de US\$ 7,376 bilhões no mesmo período de 2023. “A soma de exportações e importações dá dimensão da abertura comercial brasileira. É a maior corrente de comércio registrada”, destacou Rocha.



Serviços

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – somou US\$ 3,985 bilhões em abril, ante os US\$ 3,142 bilhões em igual mês de 2023, crescimento de 26,9%. Segundo Rocha, o déficit em serviços vem aumentando neste ano e, no mês passado, foi o principal responsável pelo aumento do déficit das transações correntes.

Ela acrescentou que a conta vem se diversificando; enquanto despesas com transporte e viagens internacionais tradicionalmente refletiam as tendências da conta, nos últimos meses rubricas associadas a serviços digitais, operações por plataformas e de pagamento de licenças de softwares têm ganhado importância, mesmo que em amplitude menor que transporte, por exemplo.

Na comparação interanual, a maior alta da conta foi no déficit em serviços de propriedade intelectual, que cresceram 175%, somando US\$ 889 milhões.

As despesas líquidas com transportes cresceram 36,5%, somando US\$ 1,4 bilhão. Já em aluguel de equipamentos, o déficit teve alta de 36,6%, para US\$ 856 milhões. As duas rubricas estão associadas à dinâmica da atividade produtiva, investimentos e volume de importações.

No caso das viagens internacionais, em abril, o déficit na conta fechou com redução de 30,5%, chegando a US\$ 544 milhões, resultado do aumento de 37,2% (para US\$ 620 milhões) nas receitas (que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil) e redução de 5,8% nas despesas de brasileiros no exterior (para US\$1,2 bilhão).

“É o maior valor em receitas para o mês de abril. E quando olhamos dados do Ministério do Turismo e da Embratur vemos isso ratificado”, disse Rocha, explicando que o crescimento das receitas maior que as despesa explica a redução do déficit da rubrica.

Rendas

Em abril de 2024, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários - chegou a US\$ 5,482 bilhões, aumento de 25% ante os US\$ 4,387 bilhões no mesmo mês de 2023. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com juros passaram de US\$ 1,159 bilhão em abril de 2023 para US\$ 1,778 bilhão no mês passado, aumento de 53,4%. No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US\$ 3,732 bilhões em abril, frente aos US\$ 3,244 bilhões de déficit observado no mesmo mês de 2023.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$ 154 milhões no mês passado, contra déficit US\$ 95 milhões em abril de 2023.

Financiamento

Como citado anteriormente, os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) subiram na comparação interanual. O IDP somou US\$ 3,867 bilhões em abril passado, ante US\$ 3,059 bilhões em abril de 2023, resultado total dos ingressos líquidos em participação no capital. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US\$ 67,338 bilhões (3,01% do PIB) em abril de 2024, ante US\$ 66,530 bilhões (2,98% do PIB) no mês anterior e US\$ 67,399 bilhões (3,36% do PIB) no período encerrado em abril de 2023.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. A previsão do BC é que os investimentos diretos no país cheguem a US\$ 70 bilhões em 2024, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US\$ 6,675 bilhões em abril de 2024, composta por despesas líquidas de US\$ 6,055 bilhões em títulos da dívida e de US\$ 620 milhões em ações e fundos de investimento. Nos 12 meses encerrados em abril último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$ 1,4 bilhões.

Fernando Rocha explicou que é característica dessa conta ter ingressos e saídas se alternando, com fluxos mais voláteis, diferente dos investimentos diretos, que são mais estáveis. “Em abril, houve, pontualmente, a saída mais forte do ano [até agora]”, disse.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 351,599 bilhões em abril de 2024, recuo de US\$ 3,409 bilhões em comparação ao mês anterior.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 24/05/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

BRASIL TEM 29 CIDADES ENTRE AS MELHORES DO MUNDO. CIDADE DO NORDESTE É A 2ª MELHOR EM MEIO AMBIENTE. VEJA POSIÇÃO DE SALVADOR E O RANKING

Da Redação



O Brasil tem 29 cidades entre as mil melhores do mundo, segundo um novo ranking da Oxford Economics. Essas cidades são centros econômicos, educacionais e políticos, além de representar, em 2023, 60% do PIB global e de mais de 30% da população mundial.

Mas a posição do Brasil não é boa, a cidade brasileira mais bem colocada é São Paulo, em 294º lugar. O índice segue com Brasília (309º), Rio de Janeiro (356º), Campinas (384º) e Florianópolis (395º).

A cidade do Nordeste mais bem colocada é Fortaleza, que ficou em 496º lugar. Salvador ficou em 622º lugar, abaixo de todas as cidades nordestinas, com exceção de Maceió, Teresinha e São Luiz. As dimensões economia, qualidade de vida e meio ambiente derrubaram a posição de Salvador. A sistematização foi feita pelo Bahia Econômica.

Duas cidades do Nordeste são destaque na categoria Meio Ambiente. Uma delas é Fortaleza que aparece como a segunda melhor cidade do planeta na categoria meio ambiente e a outra é Natal que aparece em 4º lugar no mesmo ranking. A categoria meio ambiente avalia o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a sua predisposição para os riscos das alterações climáticas. Suva, Fiji lidera o ranking de meio ambiente.

Ranking geral das Cidades brasileiras

- 294ª São Paulo (SP)
- 309ª Brasília (DF)
- 356º Rio de Janeiro (RJ)
- 384º Campinas (SP)
- 395ª Florianópolis (SC)

- 418ª Porto Alegre (RS)
- 458ª Curitiba (PR)
- 460ª Belo Horizonte (MG)
- 496ª Fortaleza (CE)
- 515ª Joinville (SC)
- 518ª Vitória (ES)
- 524ª Goiânia (GO)

- 535ª Campo Grande (MTS)

- 543ª Natal (RN)
- 545ª Ribeirão Preto (SP)
- 554ª São Gonçalo (RJ)
- 556ª Baixada Santista (SP)
- 560ª Manaus (AM)
- 573ª Aracaju (SE)
- 579ª Sorocaba (SP)
- 581ª Recife (PE)
- 611ª São José dos Campos (SP)
- 620ª João Pessoa (PB)
- 622ª Salvador (BA)
- 633ª São Luís (MA)
- 635ª Cuiabá (MT)
- 728ª Teresina (PI)
- 794ª Maceió (PI)

Veja abaixo as 10 melhores cidades do ranking geral:

- 1º – Nova Iorque, Estados Unidos
- 2º – Londres, Reino Unido
- 3º – San José, Estados Unidos
- 4º – Tóquio, Japão
- 5º – Paris, França
- 6º – Seattle, Estados Unidos
- 7º – Los Angeles, Estados Unidos
- 8º – São Francisco, Estados Unidos
- 9º – Melbourne, Austrália

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 24/05/2024

BNDES E SUDENE FIRMAM PARCERIA PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS NO NORDESTE

Por João Paulo - 24/05/2024 07:20 - Atualizado 24/05/2024



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) assinaram, nesta quinta-feira, 23, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para fortalecer o desenvolvimento sustentável do Nordeste. Com a parceria, as instituições de fomento pretendem ampliar os investimentos no setor produtivo da região, com medidas de aumento da oferta de crédito para cooperativas, MPMEs, com impactos na redução das desigualdades. O acordo foi assinado, na sede do Banco, no Rio, pela diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, e pelo superintendente da



Sudene, Danilo Cabral.

A estratégia de ampliação de crédito para cooperativas e MPME é muito importante para o Nordeste, que tem participação de 14,2% no PIB, mas ainda apenas 9,4%, quando se observa apenas a participação do crédito da região na economia nacional, segundo dados do Banco Central. Segundo Campello, o acordo é importante para a promoção de articulações estratégicas de desenvolvimento territorial que tenham impacto em prefeituras, atores do terceiro setor e órgãos diversos dos governos estaduais. “Talvez a maior inovação institucional que tenha acontecido no Brasil, nos últimos anos, tenha sido o Consórcio Nordeste, no ponto de vista de repensar o setor público e como se organizam os Estados. Essa ideia de se organizar e pensar a região é uma referência espetacular”, pontuou.

“Um dos grandes desafios dos governos é integrar políticas, sem gerar sobreposição de iniciativas e desperdício de recursos. O BNDES tem esse olhar de integração para a região, em semelhança ao nosso. Neste sentido, queremos analisar quais oportunidades dentro do nosso plano regional e da agenda de sustentabilidade o BNDES pode nos ajudar a viabilizar”, comentou o superintendente da Sudene, Danilo Cabral. O acordo assinado nesta quinta contribui para que bancos e instituições financeiras da região possam aumentar suas operações de crédito fortalecendo o crescimento dos empreendedores. A expectativa é ampliar o acesso ao crédito de cooperativas e de MPMEs. Para isso, o BNDES e SUDENE poderão operar via agentes financeiros locais, que repassarão recursos para os clientes de menor porte.

As duas instituições também vão trabalhar em estratégias de estruturação de projetos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). O objetivo é apoiar projetos de empresas e do setor público que contribuam para a redução de desigualdades regionais, com geração de empregos qualificados. Estão previstos esforços de articulação e planejamento em iniciativas estratégicas de desenvolvimento territorial, incluindo fomento a investimentos em desenvolvimento urbano e modernização da administração pública municipal. A parceria prevê ainda o compartilhamento de dados, estudos e capacitações relacionadas a políticas de desenvolvimento regional, bacias hidrográficas e outros temas territoriais.

Fundo Caatinga

A diretora Socioambiental do BNDES e o presidente da Sudene também discutiram a formatação do Fundo Caatinga, para financiamento não-reembolsável de ações de prevenção e combate ao desmatamento e de restauro ambiental com inclusão produtiva no bioma. A proposta de criação desse instrumento foi apresentada pelo BNDES e Consórcio Nordeste na COP28, no final do ano passado. O Fundo está em fase de estruturação.

“Para além da captura de carbono, a Caatinga tem um potencial enorme de cumprir papéis em uma agenda ecossistêmica fundamental para o Brasil e para o mundo, em créditos de biodiversidade, em sua genética resiliente que deve ser valorizada, além de todo conhecimento adquirido pelos sertanejos ao longo dos anos”, afirmou Campello.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 24/05/2024

ARMANDO AVENA – ECONOMIA: DAS SACOLAS PLÁSTICAS AO BOLETIM FOCUS

Redação - 23/05/2024 06:59 - Atualizado 23/05/2024

A economia é uma ciência fria, complexa e cheia de nuances. Vou dar alguns exemplos do dia a dia. A Câmara de Vereadores de Salvador aprovou, fazendo bem à cidade e ao planeta, uma lei que proíbe a distribuição de sacolas plásticas nos supermercados. Foi bom, mas as redes de supermercados aproveitaram para reduzir seus custos e aumentar seus lucros e repassaram o custo aos consumidores que agora pagam pelas sacolas. É relativamente natural que seja assim, afinal o desejo de lucro é a essência do sistema capitalista, mas nossos edis vão ter de mudar a lei, senão irão prejudicar a população da cidade.



Como se vê, para que o desejo de lucro não ultrapasse limites, é fundamental a existência do Estado regulador que proteja o consumidor. Mas a economia tem tantas nuances, que esse mesmo desejo de lucro pode fazer com que um desses supermercados passe a dar sacolinhas de graça, ainda que diluindo o custo com aumento de preços, para assim atrair consumidores e aumentar seu market share.

É tão complexa a economia que, mesmo existindo um cartel, seus participantes podem ir de encontro ao lobby e reduzir seus preços, pois estão com muito estoque ou precisam de recursos imediatamente, como, aliás, acontece nos postos de Salvador.

Não vamos também esperar compaixão na economia. As enchentes no Rio Grande do Sul, por exemplo, não fizeram os preços caírem, pelo contrário, eles se elevaram. A solidariedade é um atributo das pessoas, não do processo econômico e muitos empresários vão se aproveitar das agruras gaúchas para se posicionar melhor. Estados produtores de arroz e de outros produtos podem ver na tragédia uma oportunidade para aumentar a produção, inclusive no Oeste da Bahia. (E aí o equívoco será o governo querer tabelar preços, o que nunca resolve). No turismo, setor no qual o Rio Grande do Sul é líder na atração de argentinos, haverá problemas e outros estados, como Santa Catarina, já se colocam como alternativa fazendo promoções e, aliás, a Bahia deveria fazer o mesmo.

A economia no sistema capitalista é assim, desalmada, e por isso precisa do Estado e de agências reguladoras – não para intervir diretamente, mas para estabelecer regulação.

E tem mais: a economia é casada com a estatística, um cônjuge que trabalha com a verdade, mas a verdade tem muitas interpretações. Assim, quando alguém diz, por exemplo, que as vendas no varejo cresceram é preciso perguntar: em relação a que? Elas podem ter crescido em relação ao ano anterior, o que é um bom sinal; mas podem estar caindo em relação ao mês anterior, o que é um mal sinal. Ou seja, não há verdades absolutas em economia, por isso, leitor, desconfie das redes sociais e dos políticos que bradam a pleno pulmões: “reduzimos a taxa de desemprego” ou “aumentamos o investimento”. Números soltos não dizem nada, é preciso ver o conjunto da realidade e os fundamentos da economia.

E, embora casada, a economia tem uma amante infiel, conhecida como expectativa, mas também chamada de projeção. Ela diz o que vai acontecer no futuro para assim dar informações aos agentes econômicos. No Brasil, uma dessas amantes infiéis é o famoso Boletim Focus, que toda semana faz uma previsão para o PIB, para a Selic e para a inflação. Que importância tem isso? Quase nenhuma, esta semana, por exemplo, pioraram as projeções, mas semana que vem podem melhorar: elas medem apenas o humor do mercado. Nos últimos 21 anos, o Boletim Focus errou em 16 vezes suas estimativas. Em 2023, previu que o PIB ia crescer 0,7% e ele cresceu quase 3%. Por isso, meu querido leitor, não acredite nas amantes, nem no cidadão que chega nas redes sociais e no WhatsApp dando lições e sabendo de tudo. Exija, como se faz com um médico ou um advogado, um diploma, um curso, um doutorado que dê a garantia de sua expertise.

O Índice FipeZAP, indicador de preço de imóveis de abrangência nacional, está fornecendo informações incompletas em relação ao mercado imobiliário de Salvador. O indicador aponta, por exemplo, que os bairros da Barra, Rio Vermelho e Caminho das Árvores são os mais caros de Salvador, com preço médio variando entre R\$ 7,9 mil e R\$ 8,9 mil. Ora, mas até a baiana de acarajé sabe que os bairros mais caros de Salvador são o Corredor da Vitória e o Horto Florestal, com preços que variam de R\$ 10 mil até R\$ 16 mil o m². O problema é que FipeZap não considera o Horto Florestal e a Vitória como bairros, incluindo-os em Brotas e na Barra e distorcendo os resultados.

Fonte: Bahia Economica

Data: 24/05/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CELBA RECEBE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSBORDO DE GNL NO PARÁ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/05/2024 - 21:54



Arquivo/Divulgação

Autoridade marítima exigiu que, durante as operações de transferência entre os dois navios, um dos quatro rebocadores seja dotado de sistema FiFi-1 e permaneça todo o tempo nas proximidades do terminal de GNL

A Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR/4º Distrito Naval) autorizou a Celba (Centrais Elétricas Barcarena) a realizar operações ship-to-ship em águas jurisdicionais brasileiras (AJB). A permissão vale para a transferência de gás natural liquefeito (GNL), na modalidade atracada, em área portuária do terminal de regaseificação (TR-Celba), no porto de Vila do Conde (PA). A portaria, publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (23), tem vigência de um ano.

A provedora deverá cumprir, rigorosamente, as recomendações dos fabricantes de equipamentos com relação à certificação, testes, inspeções periódicas e manutenção, garantindo a atualização dos respectivos registros. A portaria ressalta que a autorização concedida à Celba refere-se, exclusivamente, à competência da autoridade marítima quanto à segurança da navegação e ao ordenamento do tráfego aquaviário, não eximindo a empresa das obrigações junto aos demais órgãos responsáveis pelo controle da atividade, em especial do meio ambiente.

A norma estabelece um zona de exclusão circular, com raio de 180 metros, onde fica proibida a realização de qualquer serviço de manutenção e outros que possam gerar fontes de ignição, sem a prévia autorização do terminal. A capitania proibiu a entrada, o trânsito e a permanência de embarcações sem a autorização do terminal de GNL. Também fica proibida a permanência de qualquer embarcação, sem a prévia autorização do terminal, em uma área circular de segurança com raio de 150m.

A autoridade marítima exigiu que, durante as operações de transferência entre os dois navios, um dos quatro rebocadores seja dotado de firefighting system I (sistema FiFi-1 de combate a incêndio) e permaneça todo o tempo nas proximidades do terminal marítimo de GNL. De acordo com a portaria, os limites operacionais do STS entre a FSRU (unidade flutuante de regaseificação e armazenamento) e o terminal GNL são ventos inferiores a 30 nós de velocidade, altura de onda inferior 1,3m e corrente inferior a 2,7 nós.

“Em situações em que os limites operacionais forem alcançados, a operação deverá ser interrompida e os rebocadores deverão ficar em prontidão para garantir a integridade do conjunto de amarração. Deverá ser feita uma avaliação pelos comandantes das embarcações quanto à necessidade de desatracação em emergência”, determinou o capitão de mar e guerra (CMG) Ewerton Rodrigues Calfa, na autorização.

A norma ressalta ainda que a autorização poderá ser revogada a qualquer tempo, se constatados problemas operacionais que possam afetar a segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição ambiental. Qualquer incidente ou acidente ocorrido durante as etapas da operação STS deve ser comunicado imediatamente à CPAOR, seja na manobra de aproximação e amarração dos navios, seja na transferência de carga, seja na manobra de desamarração e saída dos navios.

Os navios envolvidos deverão cumprir os procedimentos de despacho previstos na Normam-204 da Diretoria de Portos e Costas (DPC). Após a atracação, deverão ser seguidas medidas de segurança a serem estabelecidas pelo terminal e pelo navio durante a sua permanência, em consonância com o Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) e o plano de gerenciamento de riscos do terminal. As desatracações em emergência deverão ser imediatamente comunicadas à capitania. O provedor de serviço STS deverá encaminhar à DPC e à CPAOR, mensalmente, até o dia 15, a planilha de controle de operações STS que forem realizadas no mês anterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/05/2024

SECRETARIA DE HIDROVIAS AVALIA ESTENDER RECURSOS DO FMM PARA IP4S

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23/05/2024 - 20:04



Arquivo/Divulgação

Pasta identifica dificuldade de empresas que operam no transporte de passageiros na região Norte para obtenção de financiamento por falta de garantias. DNIT desenvolve programa de recuperação e de construção de novas instalações

A Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN) discute um projeto para incluir as instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4s) entre os possíveis tomadores de financiamento do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O secretário da pasta, Dino Batista, disse que as equipes do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) avaliam uma série de obras para atender as demandas do transporte de passageiros, em especial na região norte do país.

"Esse é um dos projetos que trabalhamos: conseguir fornecer um instrumento que dê garantia para que essas empresas acessem FMM para modernização da frota de passageiros", afirmou Batista, na última semana, durante o evento Centro-Oeste Export. Batista lembrou que o programa de construções de IP4s teve início no primeiro governo Lula (2003-2006) e que alguns já estão com 20 anos de operação e precisam ser recuperados. Ele comparou os projetos de IP4s a rodoviárias da região norte, onde muitos passageiros ainda precisam embarcar e desembarcar na lama, por falta de infraestrutura.

O secretário destacou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) desenvolve um programa de recuperação e de construção de novos IP4s, com objetivo de dar mais dignidade ao transporte de passageiros. Ele acrescentou que esse segmento costuma encontrar muita dificuldade na obtenção de financiamento. "A construção de embarcações mais modernas enfrenta dificuldades pela falta de garantias. Muitas vezes, empresas que operam no transporte de passageiros na região não conseguem oferecê-las às instituições financeiras", apontou o secretário.

Batista contou que a criação da secretaria aproximou segmentos da navegação que não estavam na agenda e no radar das equipes do ministério. Ele espera que a discussão do programa 'BR dos Rios', de incentivo à navegação interior, estimule um movimento de troca de ideias, semelhante ao que ocorreu durante os debates sobre o BR do Mar (Lei 14.301/2022), que criou o programa de cabotagem. "Entendemos que isso já está acontecendo no setor hidroviário. Pretendemos, daqui a dois ou três anos, andar com essa agenda, a partir do espaço político e de debate", projetou.

Dos R\$ 4,1 bilhões na carteira de investimentos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o modal no período 2024-2026, estão previstos R\$ 2,3 bilhões para o plano de monitoramento hidroviário e R\$ 1,5 bilhão para cinco ações de dragagens e derrocagens, além de R\$ 155 milhões para intervenções relacionadas a eclusas e R\$ 123 milhões voltados para outras 15 ações em IP4s.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/05/2024

ARTIGO - TRANSPORTE MARÍTIMO: CRESCIMENTO, AUTOMAÇÃO E O FUTURO DA LOGÍSTICA NAVAL

Por Luiz Sória *OPINIÃO* 23/05/2024 - 19:31



O setor portuário viveu um verdadeiro boom em fevereiro deste ano, com um crescimento impressionante de 11,44%, segundo os dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). E sabe o que puxou esse aumento? Principalmente as cargas containerizadas, além dos grânéis sólidos e líquidos que também tiveram um ótimo desempenho.

Em números, isso significa que foram movimentados 99,83 milhões de toneladas de cargas só em fevereiro. Para ter uma ideia, no mesmo período do ano passado, esse número foi de 89,58 milhões de toneladas. O destaque ficou com o minério de ferro, que subiu 17,85%, o petróleo e derivados, que aumentaram 16,23%, e a soja, com um crescimento de 19,70%.

Falando especificamente das cargas containerizadas, a movimentação chegou a 11,2 milhões de toneladas, um salto de 29,19% em comparação ao ano passado. Isso representa 1 milhão de TEUs, com um aumento de 24,5% só em fevereiro de 2024. Desse total, 7,7 milhões de toneladas foram movimentadas em rotas de longo curso e 3,4 milhões por cabotagem.

Imagine agora fazer essa movimentação sem nenhum tipo de automação ou tecnologia envolvida. Seria impossível a chegar a números com esses. No entanto, ainda estamos engatinhando nesse processo e precisamos enfrentar todos os obstáculos existentes se quisermos continuar avançando.

Todo esse crescimento no setor portuário destaca a importância crescente da automação nos portos. Com o aumento significativo no volume de cargas, a automação torna-se essencial para garantir a eficiência e a capacidade de operação dos portos. Sistemas automatizados de movimentação de contêineres, guindastes controlados por inteligência artificial e plataformas de monitoramento digital são apenas algumas das inovações que estão revolucionando a logística portuária.

A automação não apenas aumenta a eficiência operacional, mas também melhora a segurança. Com a implementação de tecnologias avançadas, como sensores e câmeras de vigilância inteligente, é possível monitorar em tempo real todas as atividades portuárias, identificando e respondendo rapidamente a quaisquer problemas ou ameaças. Isso reduz significativamente os riscos de acidentes e melhora a segurança do trabalho.

Além disso, a automação contribui para a redução de custos operacionais. Sistemas de gestão automatizados permitem uma alocação mais eficiente dos recursos, diminuindo o desperdício e otimizando o uso de equipamentos e pessoal. A manutenção preditiva, facilitada por sensores inteligentes que monitoram o estado dos equipamentos, também ajuda a evitar falhas inesperadas e prolonga a vida útil dos ativos, resultando em economias substanciais a longo prazo.

É preciso que fique evidente que a adoção de tecnologias avançadas não só aprimora as operações diárias, mas também posiciona os portos para enfrentar os desafios futuros de maneira mais robusta e sustentável. Este é o caminho para um setor portuário mais dinâmico, seguro e eficiente, capaz de suportar o crescimento contínuo e as demandas globais.

Luiz Sória é CEO da Skymarine

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/05/2024

SENADO CONFIRMA BUENOS AIRES COMO SEDE DE COMITÊ DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/05/2024 - 19:30



O Senado aprovou nesta quarta-feira (25) acordo entre a Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) para que a sede da entidade funcione em Buenos Aires. O projeto (PDL 927/2021) foi apresentado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e segue agora para promulgação.

O acordo foi originalmente assinado em março de 2018 pelos ministros de Relações Exteriores do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, complementando pacto internacional de 1992 que criou o CIH e estabeleceu o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná. Segundo a exposição de motivos da Presidência da República, não havia instrumento de direito internacional regulamentando a relação entre a Secretaria Executiva do CIH e a Argentina na condição de país-sede da entidade.

“A aprovação da presente proposição trará ao sistema da Hidrovia Paraguai-Paraná a operacionalidade necessária e adequada para o seu bom funcionamento, favorecendo o desenvolvimento social e comercial da região proporcionado por essa estratégica hidrovia”, afirmou no parecer o senador Nelsinho Trad (PSD-MS), relator da proposta.

No relatório, Nelsinho destacou que a ratificação do acordo enfrenta a discrepância entre o pleno funcionamento do CIH e a falta de normativo sobre sua sede. Por isso, ao apresentar o relatório na Comissão de Relações Exteriores (CRE), ele solicitou o envio da proposta ao Plenário em regime de urgência.

Fonte: Agência Senado

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/05/2024

HMM LIDEROU AS MARGENS OPERACIONAIS DO PRIMEIRO TRIMESTRE ENTRE AS GRANDES COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/05/2024 - 19:29



As margens operacionais médias das companhias marítimas voltaram à área positiva no primeiro trimestre de 2024. Como pano de fundo, a escassez de capacidade criada pelos desvios do Mar Vermelho, com aumento das taxas de frete em uma média de 27% em comparação com o quarto trimestre de 2023, relata a Alphaliner.

As margens combinadas das principais companhias marítimas (as nove com maior capacidade e que reportam lucro antes de juros e impostos ou EBIT) atingiram +11,4%, uma variação significativa face aos -3,8% registados no trimestre anterior (o primeiro resultado negativo para o indústria em cinco anos).

O aumento das taxas, que promete produzir outro conjunto de resultados financeiros notáveis e ainda mais fortes no segundo trimestre, elevou a margem operacional desde 2010, excluindo o período pandêmico.

As taxas médias das principais companhias marítimas aumentaram entre 14% e 48% no primeiro trimestre de 2024 em comparação com os três meses anteriores.



A HMM liderou o ranking, com margem operacional de 18,1%. A companhia marítima com sede em Seul, que opera 75% da sua frota em rotas fora do Extremo Oriente, superando o mercado, registou o maior aumento nas tarifas, que aumentaram 48% em termos trimestrais, para uma média de 1.350 dólares/TEU.

A Maersk ficou na parte inferior do ranking pelo segundo trimestre consecutivo e foi a única companhia marítima notável a reportar uma margem negativa durante o período. A divisão naval do grupo, a Maersk Ocean, registou prejuízo operacional de US\$ -161 milhões, equivalente a uma margem de -2,0%.

HMM e Evergreen relataram os maiores aumentos de taxas de frete e melhores margens para o trimestre. Ambos operam 75% e 70% das suas frotas, respectivamente, em rotas provenientes do Extremo Oriente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/05/2024

CMA CGM LANÇA SEU PRIMEIRO PROGRAMA DE FIDELIDADE

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/05/2024 - 19:29



SEA Reward é o primeiro programa de fidelidade para clientes de transporte marítimo, idealizado e desenvolvido pela CMA CGM. Dedicado a clientes que efetuam reservas através do "SpotOn", solução digital da CMA CGM para cotações instantâneas, o programa premia a regularidade e os volumes dos embarques.

O "SpotOn" foi lançado em 2022 e simplifica o processo de reserva com cotação instantânea, preço garantido e acesso prioritário ao espaço a bordo do navio.

Com o Sea Reward, os clientes digitais da CMA CGM terão acesso a quatro níveis de status que oferecem benefícios vinculados à frequência e volume dos seus embarques. Atualmente, o sistema está disponível aos clientes do armador na Europa. A companhia informa que a disponibilidade para outras regiões será feita gradualmente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/05/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 24/05/2024